

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**28 DE FEVEREIRO DE 2019**

**ACTA N° 01/2019**  
**(mandato 2017/2021)**





*Cij*  
*cel*  
*MA*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ATA N.º 1/2019

(mandato autárquico 2017/2021)

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS.** .....

**PRESIDENTE – CAMILO ANTÓNIO MORAIS** .....

**PRIMEIRO SECRETÁRIO – MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO** .....

**SEGUNDO SECRETÁRIO – CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS** .....

Eram dezoito horas, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Helena Isabel Pires Seabra e António dos Santos Pires Afonso, que foram substituídos, respetivamente, pelos senhores Rogério Paulo Talhas Pires, Jorge Elias Venceslau Artilheiro. ....

O Deputado Municipal Luís Filipe Sardinha Cabeceiro pediu substituição, tendo sido substituído por Zita Regente que na impossibilidade de estar presente foi substituída pelo Deputado Municipal António José da Costa Vila Franca. ....

A Deputada Municipal Maria Inácia Rosa pediu substituição, tendo sido substituída por Halestino Ernesto Gomes Pimentel que na impossibilidade de estar presente foi substituída pelo Deputado Municipal Francisco José Correia. ....

Face à impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal pediu substituição o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peredo que se fez substituir pelo Secretário da Junta, Armando do Nascimento Pinto Malta. ....

Estiveram também presentes, além do Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Elsa Carina da Silva Escobar e Rui Alexandre Serapicos Vilarinho e os Vereadores em regime de não permanência, Manuel Duarte Fernandes Moreno e Maria da Assunção Gemelgo. ....

Verificada a lista de presenças, dela constavam sessenta Deputados Municipais: Camilo António Morais, Acácio João Carvalho do Espírito Santo, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Henrique Manuel Crujo Mendes Palma, Luís Manuel Dias Gonçalves, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, António Nuno Batista Mendes de Morais, Manuel António Machado Carvalho, Humberto José Trovisco, José Carlos Moreira Silva Azevedo, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Manuel Alberto Rodrigues, Fernando Humberto Gomes, Paulo Jorge Ferreirinha, Joana Margarida Silveira Esteves da Silva Vaz, Rogério Paulo Talhas

Pires, Maria Adelaide Alves Gonçalves Batista, Ricardo Jorge Salsas Batista, Carla Margarida da Costa Palhau, Elias de Jesus Monteiro Afonso, Francisco José Correia, Paulo Duarte da Silva Dias, António José da Costa Vila Franca, Maria Inácia Ferreirinha, Maria Inês Falcão, Ana Rita Simão Rodrigues, Catarina Lúcia Pinto de Matos, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, Maria Helena Lopes Gonçalves, Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, Celestino Alberto Carneiro Gonçalves, José Carlos Vasco Jecas, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio Mendes, Eduardo João Martins Pereira, António Luís Gomes, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Augusto Maçaera Fraga, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Ramiro Borges Valadar, Rui Filipe Branco Lopes, Armando do Nascimento Pinto Malta, João José Cunha Pinto, Gilberto Amadeu Pires, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, António João Alves Trovisco, Alípio Augusto Marcos, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmiento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.....

**O senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de toda a correspondência recebida até à data da Assembleia Municipal colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar.....

De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente à ata da sessão ordinária do dia vinte e oito de dezembro de dois mil e dezoito. ....

Pretendeu usar da palavra. ....

**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – Que disse: “Relativamente à ata o que me traz aqui tem a ver com o ponto 2.5 “Dívidas a terceiros sem suporte contabilístico”, a partir da página 37. A deliberação que consta não corresponde àquilo que se passou na Assembleia na medida em que ela refere que deliberou aprovar nos termos apresentados a proposta da Câmara Municipal, quando na realidade a proposta apresentada, se bem se recordam, continha uma condição básica que era a sua aprovação, por unanimidade e obviamente nesses termos e a forma como a proposta vinha formatada, ela não foi aprovada. Este é o pelo menos o meu entendimento, porque se assim não for e ficar da forma que está considera-se que a medida foi aprovada e tem eficácia enquanto tal. Portanto penso que para dar a correspondência exata àquilo que se passou na Assembleia tem de ficar aqui registado que na realidade a proposta nos termos em que foi apresentada à votação, não foi aprovada.” .....

**O Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que a proposta da Câmara não foi aprovada nos moldes apresentada mas foi aprovada por maioria e foi isso que disseram e que ficou registado na ata. ....



Cij  
cel  
A

Posta a ata à votação, foi a mesma aprovada por maioria com 3 votos contra, 21 abstenções e 36 votos a favor. -----

**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----**

**HENRIQUE MANUEL CRUJO MENDES PALMA (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “No seguimento da moção apresentada na Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros na data de 26/06/2018 a qual foi votada e aprovada por maioria merecendo assim o total apoio de todos os Grupos Parlamentares. Atendendo a que existiu uma remodelação no Ministério do Planeamento e Infraestruturas e todo o elenco deste Ministério foi remodelado na sua totalidade. Vem novamente a Assembleia Municipal reforçar e sensibilizar o novo Ministro e restantes estruturas deste ministério para a nossa pretensão e da qual não vamos desistir, isto porque, esta ligação que consiste na progressão do IP2 através de Vinhais e ligando pela Mofreita a norte até ao Município da A Godiña ligando à A52 (autovia das Ribas Baixas e à estação AVE (Alta Velocidade Espanhola) Portas da Galiza, também em A Gudiña. Este investimento é um dos anseios do nosso concelho e de alguns concelhos limítrofes, consideramos mesmo, que esta ligação é estratégica para alavancar e dinamizar toda esta região, potenciando a criação de mais investimentos, sendo, desde logo intenção deste Município de Macedo de Cavaleiros a criação de uma plataforma logística regional com a ampliação da sua zona industrial e que irá permitir escoar produtos e serviços para o resto da Europa, utilizando este troço e a centralidade geográfica do mesmo. Concluindo, é de extrema importância para este território e para as suas comunidades que esta nossa pretensão entre na discussão pública e seja analisada no PNPO para o PDR2030. Julgamos, que este investimento defende a coesão territorial e a descentralização, de modo a minimizar a perda demográfica nos municípios onde este problema se tem vindo agravar, como é o nosso caso e consequentemente na nossa região. Voltamos assim, a apelar para uma decisão nacional em consonância com os anseios das populações e que a mesma seja enquadrada num plano de investimentos mais justo para a região e que tenham em conta as pessoas que vivem nestes territórios, dando-lhes assim a dignidade que eles merecem. Esta nossa pretensão deverá ser enviada para a comunicação social do distrito, Conselho de Administração das Infraestruturas de Portugal, Grupos Parlamentares, Ministério do Planeamento e Infraestruturas.” -----

Prosseguiu a sua intervenção para dizer: “Quanto à Feira da Caça. Esta feira é de fato o maior certame deste setor na nossa região. Ao longo dos anos tem vindo a evoluir de tal forma que já se pode considerar uma feira de referência Nacional e internacional principalmente pela grande presença aqui dos nossos vizinhos espanhóis. Verificou-se este ano grandes melhorias quer na disposição dos expositores quer na qualidade que esses mesmos expositores apresentavam nos seus produtos, isto para além da oportuna realização de alguns seminários que tocaram assuntos e temas muito importantes para o nosso concelho como é o caso do turismo e a caça.

Está assim de Parabéns toda a organização, Câmara e a Confederação Nacional de Caçadores. -----

Fazemos votos que no futuro continue a evoluir e a dinamizar os referidos setores, só assim é que conseguimos tornar este certame mais sustentável e mais dinâmico. -----

Relativamente ao Rural Arcas – Feira de Produtos Da Terra. Esta feira tem vindo a fazer um trajeto ligado ao desenvolvimento rural desta freguesia, vem-se impondo como uma referência neste género de feiras, mais rural. É já hoje uma feira de importância no nosso concelho. Verifica-se que os seus expositores tem evoluído e já colocaram os seus produtos com muita boa apresentação e qualidade. Sr. Presidente continue a dinamizá-la cada vez mais, as gentes da freguesia merecem e o concelho agradece. -----

Quanto ao Parque da Cidade - Como é do conhecimento público e também porque a comunicação social trouxe algumas informações nestes últimos dias de qualquer forma gostaríamos de saber mais alguma coisa sobre este assunto em concreto. -----

Já foram contatos os proprietários dos terrenos? Como estão as negociações? Qual é o ponto de situação? Qual é o timing para o arranque do mesmo? Nós Macedenses ansiamos por este parque há alguns anos. -----

Sobre o Desporto Para todos - Quero expressar o meu reconhecimento ao Pelouro do Desporto pela excelente iniciativa que tem vindo a tomar junto das freguesias colocando as pessoas das aldeias jovens e menos jovens a praticar desporto e a mexer. É com este tipo de ações e atividades que conseguimos tornar as pessoas nessas zonas mais alegres mais disponíveis e mais saudáveis. Só assim é que conseguimos ajudar a pessoas a viver. O desporto dá saúde e é importante para a vida, nomeadamente nestas zonas rurais. Estas ações não seriam possíveis se os técnicos/professores das AEC's não estivessem a tempo inteiro na autarquia. Esta medida foi muito importante para o desenvolvimento destas e doutras ações." -----

Relativamente à moção apresentada o **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo o mesmo procedimento da moção apresentada anteriormente e partindo do princípio que todos concordarão que é um assunto demasiado importante para não ser subscrito por toda a Assembleia Municipal sugeriu que os porta-vozes dos grupos com assento nesta Assembleia Municipal conversassem e transformassem a moção numa moção da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros. -----

**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – Relativamente à ata e à sua aprovação gostava de ser esclarecido se a deliberação tem alguma eficácia ou não face àquilo que está na ata. Na sua opinião entende que estão aqui a fazer uma grande confusão entre aquilo que é a votação e aquilo que são as votações e o que é na realidade a forma como a proposta foi apresentada e se foi apresentada com uma condição, constante da alínea c) que dizia que a proposta da Câmara teria de ser aprovada por unanimidade, ao não acontecer isso a interpretação que fez na altura foi que na realidade seria interpretado no sentido contrário, ou



seja, não aprovado. É evidente que podem levantar aqui algumas questões até de legalidade da forma como a proposta lhes foi apresentada e se bem se recordam na altura ele próprio questionou se o facto da bancada do PSD se abster naquela votação se impedia que essa proposta fosse aprovada e foi-lhe respondido pelo Sr. Presidente da Câmara que impedia e, depois de ler melhor a proposta novamente viu que de facto continha esse pressuposto com essa condição e foi, atentos a este facto que ela foi votada. Portanto a partir daí parece-lhe que discutindo ou não a legalidade como ela foi apresentada se deve ou não condicionar a Assembleia à forma como aqui foi apresentada a proposta. O que é certo é que ela apareceu nesses termos. Gostaria portanto que lhe esclarecessem agora, seja o Presidente da Assembleia ou o da Câmara se vão dar execução àquilo que está na medida ou não. -----

Outra questão prende-se com uma intervenção de há já algum tempo em que perguntei ao Sr. Presidente da Câmara se na realidade iam avançar ou não com a construção dos passeios em Vale de Prados, mas o que é certo é que não foi inscrita qualquer verba para esse efeito e chamo à atenção para o facto de o piso e as guias que estão lá, algumas já estão partidas, o que podem verificar se lá passarem e inclusive tenho a indicação que até já faltará algum material que servirá para a execução desta obra e temo que com o tempo a decorrer se perca mais material e a obra não venha a ser executada e depois venham dizer que a obra afinal não pode ser executada porque entretanto o material já não existe, ou é insuficiente. Agradecia portanto que o Sr. Presidente me desse alguma resposta concreta sobre este assunto. -----

Outro assunto tem a ver com a transferência de competências porque estranhámos esta assunção imediata desta transferência de competências e gostaria de perceber se isto tem algum envelope financeiro já associado para esta assunção de transferências, se não tem ou se tem qual é o montante, porque se olharem por exemplo para Bragança que claramente disse que não aceita a transferência de competências porque desconhecem o meio de financiamento dessas mesmas transferências. Parece-me estranho que uma das Câmaras mais folgadas em termos financeiros tenha esta preocupação e que a Câmara de Macedo possam servir aqui de alguma maneira como um ensaio para uma situação em que à partida pelo menos a transferência vai-lhes trazer encargos. A Lei no artigo 5.º do financiamento das novas competências diz grosso modo que vai haver um acréscimo da despesa e diz grosso modo que vai ser financiado mas o que é certo é que não diz como, nem quanto nem tão pouco quando. Penso que deve haver dados que o Sr. Presidente da Câmara tem e que esta Assembleia desconhece e portanto gostávamos de ser esclarecidos, nomeadamente o que implica isto para a Câmara e que contrapartida têm na realidade para cobrir essa despesa que se prevê que venha efetivamente a acontecer. Ainda sobre esta questão tanto quanto me apercebi as Juntas de Freguesia muitas delas não declinaram essa mesma responsabilidade porque não assinaram a declaração que tinham de assinar até 2 de fevereiro. Também estranho que a Câmara não tenha tido a preocupação de reunir com todos os Presidentes de Junta e ter informado a seu tempo a forma como deviam proceder e além de clarificarem esta situação ajudá-los a perceber se havia ou não condições dessas freguesias assumirem essas mesmas competências porque o que se antevê agora é que haja aqui de facto um problema de

falta de condições e de falta de financiamento para assunção de compromissos dessas mesmas freguesias. Estranho portanto que não tenha existido por parte da Câmara essa preocupação de informar devidamente os Presidentes de Junta. -----

**ANTÓNIO JOSÉ DA COSTA VILA FRANCA (CDS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Faço uma breve intervenção em relação à Feira da Caça. Como jovem empresário sugiro que seja revisto o preço dos stand's para novas empresas visto que isso seria uma mais-valia para a divulgação destas empresas recentes e ainda em crescimento. Acho até que os preços dos stand's são exorbitantes quer para as novas como para as antigas empresas comparando com outras feiras com mais visitantes. Devia ser feito também uma melhor distinção de preços entre os stand's para bares e os restantes. No seguimento da intervenção que fiz na passada Assembleia Municipal reforço novamente a necessidade de criação de melhores condições de produção para empresas agroalimentares no nosso concelho pedindo novamente que se estude a possibilidade de criação de uma distinção no preço da água para esse tipo de empresas, uma vez que as empresas que existem neste ramo já são escassas, sublinho que é imprescindível criarem-se melhores e mais condições para que estas se possam manter e desta forma acredito também que isto possa ser um incentivo para nós jovens continuarmos a investir na nossa terra e podemos bem ter orgulho quando até temos prémios internacionais ganhos neste ramo, como foi o caso do mais recente prémio atribuído ao Terras do Azibo, a quem dou os meus sinceros parabéns. Isto são apenas algumas sugestões mas valorizo e elogio todos os esforços que têm sido feitos para melhorar a qualidade de vida e de trabalho no nosso concelho.” -----

**JOANA MARGARIDA SILVEIRA ESTEVES DA SILVA VAZ (PS)** – Disse: “ Fiquei extremamente satisfeita e agradada com o facto de a nossa cidade se encontrar no Plano Nacional de Alojamento Estudantil, nomeadamente a antiga Residência de Estudantes, onde pelas notícias, vai albergar 76 camas. Gostaria que o Sr. Presidente nos esclarecesse alguns pontos. A residência será somente para alunos universitários? Quem pretendem albergar? Os alunos do Pólo Side Up e/ou também os alunos que frequentam os diferentes Pólos do Politécnico de Bragança? O documento oficial frisa ainda que as obras que sejam lançadas até 31 de julho têm dispensa de cumprir as regras do código dos contratos públicos. Assim sendo, tem alguma ideia de quando serão iniciadas as obras?” -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Disse ao Sr. Presidente da Câmara que é seu propósito referir aqui algumas preocupações que tem. E, uma vez que deve ser dos profissionais que mais percorre o concelho queria chamar-lhe à atenção e tendo em conta o frenesim de obras, pelo menos anunciadas no concelho, reiterar a importância das estradas. É o caso do Mogrão, Malta, Balsamão, ou seja, as estradas da serra praticamente todas. “O Sr. Presidente da Câmara disse que tinha percorrido numa peregrinação que fez à Senhora da Serra e portanto chamo à atenção para estas estradas, pois ao percorrê-las há-de



*C. J.*  
*cel*  
*M*

reparar que estão em muito mau estado e não se podem esquecer das aldeias e das pessoas que necessitam de ter condições, como é o caso por exemplo do Mogrão em que a estrada se encontra num estado miserável. Chamo também à atenção para o saneamento básico em algumas aldeias, pese embora o facto de terem muitas delas com ETAR's, há muitas delas que não estão a funcionar, como é o caso de Castro Roupal que nem tem, e corre a céu aberto para o ribeiro, o que em pleno séc. XXI, querer executar obras que são de utilização pública mas também de embelezamento quando afinal de contas ainda há obras tão básicas para executar". -----

Chamou ainda à atenção para a preocupação que tem relativamente à Estação dos Correios de Macedo de Cavaleiros e por isso solicitou ao Sr. Presidente um esclarecimento em relação ao que sabe e às iniciativas que tomou em relação a este caso. Todos têm conhecimento que esta Empresa não é pública e que se gere pelo lucro, mas de qualquer maneira, todos os presentes estarão de certeza interessados em que se mantenha em Macedo tanto a estação como o centro de distribuição.-----

"A última questão prende-se com a incubadora de Empresas BLC3. Pretendia que o Sr. Presidente me explicasse, embora tendo conhecimento que já foram alguns técnicos contratados com contratos precários de 1 ano e alerto que quando digo isto é com o objetivo de dizer que todos têm conhecimento que muitas das vezes os projetos que se elaboram normalmente não são para um ano mas sim plurianuais, o que me faz ter a ideia de que se é uma incubadora de Empresas ou de projetos no ramo agroindustrial ou agrícola, não tem uma limitação temporal de 1 ano e por este facto pergunto porque razão estes técnicos são contratados durante 1 ano, qual é a proveniência dos fundos para a contratação destes técnicos e ainda quais são os projetos que esta incubadora BLC3 está a executar com a entrada destes técnicos". -----

**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS-PP)** – Fez a seguinte intervenção: “ Hoje trago um tema que nos próximos anos vai ser um tema recorrente no nosso Município quer para o bem quer para o mal, pois tudo vai depender um pouco de todos nós. A descentralização é algo que efetivamente é essencial e que irá depender o nosso desenvolvimento económico e social do nosso concelho. O CDS é favorável à descentralização de competências do Estado Central para as Autarquias, num processo claro, transparente e com a devida avaliação das necessidades, e dos meios humanos e financeiros. Desde a fundação deste partido que se pugnou pelo municipalismo e por um modelo de reorganização administrativa que tornasse a máquina do Estado mais ágil e mais racional, vocacionada para o serviço ao cidadão, pelo que nos afirmamos convictamente na defesa de uma verdadeira descentralização. Na defesa de uma descentralização do poder de decisão no exercício do poder de proximidade num municipalismo autêntico. Devemos portanto, unir esforços para que este processo tenha um resultado profícuo para a cidade e para o concelho de Macedo de Cavaleiros, começando por assegurar os meios necessários e adequados à sua execução. Transferir competências, implica transferir o poder de decisão, regulamentação, planeamento e fiscalização do modo

que os órgãos municipais possam assumir mais competências prestando serviços públicos de qualidade e eficiência assegurando simultaneamente a cobertura total do território municipal e condições de igualdade de acesso a todos os cidadãos. No atual momento crucial deste processo é essencial que o Executivo ouça as forças políticas representadas na Assembleia Municipal mas também as Associações Locais essenciais na vida deste concelho, de modo que as transferências de competências sejam um processo com um consenso significativo e abrangente. O processo de descentralização devidamente enquadrado e consolidado trará ganhos efetivos para o nosso concelho. No âmbito deste processo administrativo já foram publicados em diário da república alguns decretos setoriais. A aprovação da Lei-quadro da descentralização pressupõe que as várias Autarquias tivessem identificadas as verbas necessárias para cada área de competência, recursos financeiros e recursos de pessoal. Ao que sei o Governo terá enviado dados concretos, nomeadamente a nível dos Centros de Saúde e Escolas, sobre os valores monetários em causa para cada concelho para posteriormente as Autarquias decidirem se aceitavam, ou não, essas competências com discriminações quanto ao número de trabalhadores e recursos financeiros necessários, pelo que, pergunto ao Sr. Presidente quais os valores financeiros em causa para cada uma destas áreas, já que o executivo decidiu aceitar todas as áreas passíveis de transferências do Poder Central para a Autarquia e qual o impacto financeiro previsível no nosso Município. Sabemos também que nalgumas destas áreas determinadas competências terão de ser exercidas pelas Comunidades Intermunicipais, dependendo do acordo prévio de todos os Municípios. Pergunto, qual a situação e a posição da CIM de Trás-os-Montes nesta matéria já que há Municípios que a compõem e tiveram decisões diferentes quanto a esta questão. -----

Outro assunto que me traz aqui, já começa a ser uma situação recorrente é a questão da política de desporto do Município. Não se pode restringir apenas ao futebol e ao futsal. É incompreensível que atletas que praticam Basquetebol no nosso concelho continuem sem condições para a prática desta modalidade recorrendo a um pavilhão que não possui as medidas regulamentares e exigidas pela federação Portuguesa de Basquetebol, que é necessário custear já que o mesmo é propriedade do Instituto Jean Piaget, quando existe no nosso concelho um pavilhão recém- remodelado onde anteriormente os atletas praticavam esta modalidade, mas que agora foram impedidos de o fazer, apresentando-se como justificação o facto de estragarem o piso do Pavilhão Municipal. Que política de desporto é esta, em que se transmite aos jovens a informação que não devem praticar determinadas modalidades para não estragar o piso do Pavilhão Municipal. Pergunto se a prática do futebol e outras modalidades não estragam também o piso? Que política é esta que permite que grupos de lazer particulares que utilizam o pavilhão, e muito bem, mas utilizam em detrimento de menores e jovens que militam em provas oficiais e que não poderão continuar a fazer porque não têm um campo onde possam receber os visitantes, nomeadamente visitantes que vêm do Distrito do Porto já que a equipa de Basquete de Macedo de Cavaleiros está no Campeonato Distrital do Porto. Já na anterior Assembleia questioneei e hoje volto a fazer o mesmo. Qual a razão pela qual nem toda a gente pode utilizar o Pavilhão Municipal.” -----



**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Começou a sua intervenção dando os parabéns à Câmara pela realização da Feira da Caça que foi boa como as anteriores Edições. Havia boatos que as coisas não iriam correr bem e que esta Câmara iria acabar com esta Feira, mas verificando-se precisamente o contrário felicitou a Câmara e o Vereador responsável pelo evento e seu resultado. Outro assunto que o incomoda é a má disposição que se vive na CIM com o Presidente da Câmara de Bragança que pôs em causa os Autarcas do Partido Socialista relativamente ao assunto das ligações da Godiña. É com tristeza que constata que Bragança quer tudo para si e os restantes concelhos vizinhos ficam calados, porque parece que aquele autarca é o rei todo-poderoso. Na sua opinião esta Assembleia Municipal devia ter aqui uma palavra a dar e pronunciar-se sobre isto porque Bragança já tem tudo e já chega de prepotência e de arrogância por parte deste Presidente da Câmara. -----

Prosseguiu dando os parabéns à Câmara por ter aceitado a transferência de competências da descentralização pois na sua opinião “candeia que vai à frente alumia duas vezes”. 62% das Autarquias tomaram esta iniciativa, se bem que no Distrito de Bragança poucas o fizeram, mas na realidade até 2021 todas vão ter de aceitar estas transferências e Macedo optou por aceitar já, e na sua opinião bem. -----

Fez também referência ao jogo de Futsal que se vai realizar no próximo sábado dia 2 de março entre o Grupo Desportivo Macedense e o Sporting dizendo que este evento desportivo vai dar alguma dimensão à Cidade de Macedo. Quanto ao Carnaval disse que ao que sabe está a correr muito bem tendo havido já apresentações na RTP e tudo indica que vai trazer muita gente a Macedo. -----

**MARIA INÊS FALCÃO (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Venho elogiar desta forma e o conteúdo patentes na Feira da Caça, como sendo já o maior evento do concelho. Dar continuidade ao lema é que a mesma seja uma alavanca para o desenvolvimento do concelho. Saliento o sucesso também da Rota da Confraria do Javali que com mais restaurantes aderentes levou o evento para fora do recinto da Feira, sendo uma mais-valia para a economia local. Da mesma forma, e isto é uma sugestão, que deve haver a coordenação de eventos a nível da CIM para cada concelho, também ao nível do concelho deverá haver a coordenação de eventos, no sentido em que os que se realizam na Cidade não colidam com os promovidos pelas Freguesias. -----

Outra questão: dado que o assunto foi suscitado na última reunião ordinária da Câmara Municipal, venho dar apenas um esclarecimento. Efetivamente, em setembro de 2016 a artista plástica Regina Afonso expôs em Macedo de Cavaleiros no Centro Cultural e no Museu de Arte Sacra e após término da exposição doou 14 obras (telas pintadas a óleo) de cariz religioso ao Museu de Arte Sacra, impondo como contrapartida, que as mesmas ficassem expostas no Museu. Como não se encontrou na altura um espaço/sala para colocar as obras, ficaram guardadas no mesmo Museu. Assim, na Páscoa de 2017 como curadora falei com a Regina Afonso e acordei com ela, com o Sr. Presidente, Dr. Duarte Moreno, com o Sr. Vereador Rui

Costa, e ainda com o Sr. Padre Eduardo Novo que as obras seriam expostas no Convento de Balsamão, uma vez que as mesmas versavam sobre a Via Sacra e, seria uma forma de dar visibilidade à obra e à artista porque na época da Páscoa muitos visitantes e turistas permaneciam e passavam por Balsamão.” -----

**LUÍS MANUEL DE OLIVEIRA MIRANDA PEREIRA (CDS-PP)** – Em primeiro lugar perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se podia fazer o obséquo de informar a Assembleia Municipal sobre o estado do apoio ou não apoio à Associação Terras Quentes, pois esta questão tem obviamente importância, não só por causa dos Museus mas também devido às escavações arqueológicas e à continuação desse trabalho bem como à publicação que todos os anos se fazia e que era já uma imagem de marca cultural da Cidade de Macedo. -----

A segunda questão foi-lhe sugerida há minutos, não o conhece pessoalmente, mas há muita gente que constata isso. Parece que no canal aparecem muitas vezes javalis e outros animais mortos por afogamento. E, de repente pensou na eventualidade de um dia aparecer uma criança, ou se há um miúdo ou até um idoso que passe por ali e cai? Não devia a Câmara averiguar se esta situação é realmente um risco? Já para não falar dos pobres dos animais que entende também se devia prevenir por todas as razões, que lá não fossem parar. -----

**CATARINA LÚCIA PINTO DE MATOS (PS)** – Disse que esta sua intervenção tem como propósito abordar dois assuntos em particular. “Em primeiro lugar gostava de referir que o nosso território, o concelho de Macedo de Cavaleiros, é um território muito singular em vários aspetos e um deles é a sua dimensão. O nosso território tem 700 Km<sup>2</sup>, o que em termos geográficos é quase equiparável ao território da região Autónoma da Madeira, que tem sensivelmente 740 Km<sup>2</sup>. Temos a agravante de ter muitas freguesias rurais, ou seja, é um território com pouca gente, muito vasto e muito disperso, o que o torna por natureza difícil de trabalhar. E, tem sido notória e meritória e louvável o esforço que tem sido feito por este Executivo, no sentido de levar a cabo projetos, alguns que estão em Plano, outros que estão em execução e outros que estão em curso e que dão valor ao nosso território. Falo por exemplo das obras de requalificação que estão previstas para preservar aquilo que os políticos anteriores fizeram pela nossa terra, como é o caso da requalificação do Bairro de S. Francisco de Assis, que é tão importante, a requalificação do Quartel da G.N.R., que também é tão importante, a reabilitação da estrutura ferroviária e a sua reconversão noutras utilizações mais vocacionadas para âmbitos atuais. Todo este trabalho de preservação daquilo que foi feito pelos nossos antecessores e também todas as ideias boas que temos no sentido de construir mais e melhor para a nossa terra, o Parque Urbano, o Parque da Cidade, a alteração das iluminárias no sentido de uma maior eficiência energética, todo este trabalho merece da nossa parte, enquanto Deputados Municipais, enquanto forças parlamentares merece o nosso maior apreço e a nossa maior estima e queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara que não se esqueça da grande importância dos serviços de proximidade. Tenho conhecimento que no âmbito da CIM vai ser alocado ao território um transporte que pode ajudar as nossas freguesias



*Handwritten signature and initials*

a ter alguns serviços de proximidade, mas também tenho conhecimento que há outros concelhos que também já estão a aderir a protocolos de teleassistência com a Cruz Vermelha que são tão importantes para os nossos idosos que estão afastados dos meios centrais. O Sr. Presidente que anda tão empenhado também com estas lutas das vias de acesso a Espanha não se esqueça por favor da importância dos nossos serviços de proximidade”. -----  
“Dois temas que já foram aqui trazidos e que são de extrema importância eu gostava também de os valorizar que é a questão que foi agora levantada relativamente aos perigos associados ao canal, se calhar era importante mobilizar esforços junto das entidades gestoras da estrutura, no sentido de proteger as pessoas e os animais, porque no fundo temos aquela infraestrutura há muitos anos e nunca foram acautelados meios de proteção da sociedade civil”. -----  
“Como sou de Vale de Prados veremos se na próxima Assembleia já temos a pavimentação da aldeia terminada uma vez que até já lá têm os recursos.” -----  
“Para terminar gostaria de prestar o meu apoio ao Vereador Rui Vilarinho, que tem feito um trabalho brilhante e notável, pois nunca outrora na área do desporto conseguiram dignificar aquilo que é o empenho dos atletas da nossa terra. Porque não se esqueçam que a grande escola de empreendedores é o atletismo, a grande escola de resiliência é o desporto, essa é que é a grande sementeira de resiliência e o Vereador Rui Vilarinho tem dignificado os nossos jovens e as nossas gentes com o trabalho brilhante que está a fazer. É óbvio que muitos destes projetos já estavam planificados pelo anterior Executivo, no entanto o atual Executivo está a saber agarrar as oportunidades e está muito empenhado em trabalhar e levar o nosso território para onde deve ser levado, que é o caminho do desenvolvimento. Quanto ao processo da transferência de competências é muito importante valorizar o papel da figura do Presidente da Junta de Freguesia, não no sentido de lhe dar um montante orçamental mas no sentido de empoderar o papel do Presidente da Junta de Freguesia. Quando criamos serviços de proximidade tendo em conta que quem está no território são os Presidentes de Junta é importante empoderar, ou seja transferir competências mas desenhadas para os Presidentes de Junta. E, uma das primeiras tarefas que podemos fazer com eles é sensibilizá-los para a importância de votarmos nas próximas Eleições Europeias que vamos ter no corrente ano, pois o Distrito de Bragança é um dos Distritos, entre outros que tem menos expressão nos votos para as Eleições Europeias e isto devia deixar de acontecer”. -----

**EDGAR MANUEL RODRIGUES FRAGOSO (PSD)** – Disse que é seu propósito alertar para assuntos do dia-a-dia e começou por dizer que se têm registado alguns atropelamentos na Cidade, nomeadamente na passadeira localizada junto à paragem dos Autocarros. Aquela passadeira é um perigo e seria bom que tentassem arranjar uma solução para este local. Também se verifica que estão quase todas apagadas e já era altura de as pintarem para ficarem bem visíveis. Quanto aos semáforos nomeadamente os existentes na Rua Comendador António Joaquim Ferreira, os peões queixam-se que mal podem passar pois raramente se encontra verde estando quase sempre vermelho. Referiu que não sabe se a Comissão de Trânsito está constituída e a funcionar, mas há dezenas de ruas sem qualquer

sinalização e esta situação deve ser resolvida. E, a propósito de alguém aqui ter falado em requalificação, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara para quando está prevista uma solução para Travanca. -----

Por último deu os parabéns ao Grupo Desportivo Macedense por ter atingido os oitavos-de-final da Taça de Portugal de Futsal e que vai receber o Sporting Clube de Portugal no próximo sábado. -----

**ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPÍRITO SANTO (PS)** – Disse que nas vésperas de mais um Entrudo Chocalheiro do qual espera e deseja ao executivo que corra acima de todas as expectativas queria em primeiro lugar partilhar com a Assembleia Municipal a sua satisfação pelo facto de Macedo de Cavaleiros poder vir a integrar o mapa de residências universitárias do País, o que é claramente mais um passo importante para o retorno do Ensino Superior ao concelho, que como sabem é um desígnio deste Executivo e este investimento na Residência Estudantil, resulta do trabalho de um ano que este Executivo anda a fazer. “Isto não caiu do céu e também não foi o Governo que se lembrou de nós só porque sim, e o Sr. Presidente certamente fará o favor de explicar melhor a esta Assembleia a natureza deste trabalho efetuada ao longo do último ano e que resultou nesta inclusão e neste investimento que para este Executivo é fantástico porque reabilitam o edifício e dão-lhe vida e são 76 camas e 76 estudantes universitários que poderão vir para cá para diferentes formações e de diferentes proveniências e esperam inclusive que possam captar estudantes de ERASMUS para virem partilhar a vida e estudar perto dos macedenses”. Continuou dizendo que vale a pena enaltecer o trabalho deste Executivo porque está a criar as condições necessárias ao regresso efetivo do Ensino Superior e aqui relembra que se incluem os protocolos que foram assinados com o IPB, a oferta formativa que tem sido negociada e vai continuar a ser com o Instituto Politécnico de Bragança, as compras do edifício, hoje do Sid Up, outrora do Piaget, a instalação da Escola de Negócios e agora, a criação da residência universitária, portanto é com este orgulho que felicita o atual Executivo pelos avanços que tem conseguido neste domínio. -----

Prosseguiu com uma nota particular ao Sr. Presidente onde referiu que “gostaria de tornar um pouco mais pública e gostaria de agradecer ao Sr. Presidente e Vice-Presidente da Câmara a confiança que depositaram em mim quando no âmbito da CIM indicaram o meu nome para representar aquela Instituição (CIM) no Conselho da Administração da ULS. É um assunto que tem sido veiculado nas notícias e vai-se falando de um momento para o outro. Permitam-me também que partilhe convosco alguma deselegância com que muitas pessoas continuam a gostar de tratar destes temas. Sinceramente e felizmente eu não preciso de empregos. Eu sempre rejeitei as propostas que o Estado me fez ao longo da minha vida e portanto não era agora que iria aceitar um emprego. Não. Eu aceitei fundamentalmente e gosto de aceitar, trabalho e desafios para os quais, entendam as pessoas, considerar uma mais-valia em diferentes desempenho e em diferentes atividades e, por tal, eu gostaria de deixar aqui, não só, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente, porque sei que trabalharam nesse sentido, agradecer o desafio e a confiança e agradecer a todos os Presidentes da CIM que confiaram em mim que



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

gostariam muito que eu aceitasse esse lugar. Seria uma honra representar a CIM em outra nobre Instituição que é o Conselho de Administração da ULS Nordeste. No entanto, como em tempo próprio lhes confidenciei em primeira mão, não era possível, tendo em conta a minha atividade privada e o respeito que me merecem as pessoas que confiam todos os dias em mim, os meus pacientes. Não era possível neste enquadramento legal eu aceitar tal desafio. De facto as regras de exclusividade total que a Lei determina hoje em dia torna-o impossível pensar sequer no assunto. Fica meus senhores, Sr. Presidente e Vice-Presidente o meu estimado obrigado pela confiança. Quem sabe numa outra oportunidade e talvez num outro enquadramento legislativo eu possa vir a concretizar esse desafio que V.<sup>as</sup>. Ex.<sup>a</sup> me lançaram”.

**JOSÉ GÉNIO MENDES (PSD)** –Disse: “ Venho por este meio registar a transferência de verba para pagamento da funcionária da limpeza da Escola António Maria da Costa em Chacim e a execução das obras de um muro junto ao Real Filatório e a retirada das manilhas do ribeiro e a colocação de um pontão. As minhas reivindicações durante um ano e meio foram finalmente atendidas pela Autarquia. O meu muito obrigado.” -----

**JOÃO MANUEL RODRIGUES ALVES (PS)** – A sua intervenção foi essencialmente relativa ao Presidente da Câmara de Bragança tal como já aqui foi referido pelo Deputado Municipal Manuel Mico. “Se bem que não é de bom-tom falar de alguém que não está presente, mas uma vez que esta sessão está a ser transmitida em direto espero que o que aqui vai dizer chegue ao seu conhecimento. E, por isso estou à vontade para dizer que no meu entender, este senhor sofre de alguns problemas graves. Conheço-o pessoalmente e respeito-o como pessoa mas, enquanto Presidente de Câmara demonstra efetivamente problemas. Deteto portanto pelo menos três situações. A primeira é que tem uma grande falta de originalidade de ideias e por isso é que anda a copiar os eventos que os concelhos vizinhos têm e quer levá-los para Bragança. O segundo é que neste momento deve estar com uma cotovelite muito aguda e o terceiro é que tem falta de lisura e ética muito grandes. Que ele queira levar para a terra dele muitos eventos, qualquer Presidente de Câmara gosta de os trazer e isso é normal e até é aceitável, mas podia ser mais original e evitar andar a copiar os aviões de Mogadouro, a Ceifa de Morais e os Caretos de Podence, podia tentar desenvolver coisas diferentes. Mas não posso aceitar que queira deitar abaixo uma candidatura tão importante para o País que é a Candidatura a Património da Humanidade dos Caretos de Podence, única e simplesmente por cotovelite aguda. É muito grave e isto não se pode admitir”. -----

**HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD)** – Disse que o assunto que traz à Assembleia Municipal é referente à economia do concelho. Já por diversas vezes abordou nesta Assembleia o tema Zona Industrial, nomeadamente sobre a limpeza e a iluminação mas, desta vez a questão é muito delicada pois o Sr. Presidente da Câmara deve ter conhecimento do que se passou na terça-feira dia 26, naquela infraestrutura. Sete Empresas foram assaltadas e os empresários ficam mais pobres com estes problemas e roubos. “Assim, deixo aqui uma palavra de

solidariedade para com os colegas Empresários e deixo uma crítica ao Presidente e restante Executivo, pois ao que sei ninguém teve a hombridade de se deslocar ao local e prestar a sua solidariedade aos lesados, que estavam num estado triste e lastimável em consequência do sucedido, pois é frustrante os empresários chegarem de manhã para trabalhar e encontrarem tudo partido já para não falar dos bens que os ladrões levam. Neste momento era oportuno repensarem na segurança daquele espaço. Esta é uma questão que abordei já no anterior Executivo, já que a Zona Industrial é uma infraestrutura da Câmara, é um loteamento industrial, os Lotes foram vendidos pela Câmara e entendo que esta deve ter toda a responsabilidade de zelar pela sua segurança. Propunha portanto que se implemente o condomínio da Zona Industrial que conta já com 50 Empresas e quase 300 postos de trabalho. A economia é uma questão importante porque faz mexer o concelho e é necessário ter em conta os Empresários instalados na Zona Industrial. Para a implementação do condomínio na Zona Industrial proponho que a Câmara o fizesse em conjunto com a Associação Comercial, os Empresários com certeza que estarão na disposição de pagar uma verba que seja coincidente com as suas empresas, mas é necessário que a Câmara tenha esta iniciativa, para poder manter as empresas que já lá estão instaladas e garantir que outras queiram vir". -----  
Relativamente à iluminação disse que o Nó da A4 já foi ligado mas o Nó do IP2 com a Nacional 15 continua desligado. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou pela intervenção do Deputado Municipal Henrique Palma que fez referência a uma moção e que "irá reforçar a reivindicação que tem sido uma bandeira nossa junto do Plano Nacional de Investimentos 2030 e de facto se alguém tem lutado por isso tenho sido eu. Tive várias reuniões com o Sr. Ministro e com os Srs. Secretários, no âmbito da CIM tivemos delegações que estiveram em conversações com todos os Grupos Parlamentares e não aceitamos aquele Plano Nacional de Investimentos, temos efetivamente de defender a nossa terra e o nosso território e essa é uma reivindicação da qual não abdicamos. Agradecemos assim a tomada de posição desta Assembleia Municipal que deve ser de todos e irá certamente reforçar ainda mais a posição da Câmara Municipal". -----  
"Relativamente aos cumprimentos aqui feitos à organização da Feira da Caça gostaria que os reportassem a quem de facto trabalhou arduamente na sua organização para manter a qualidade e melhorar até. Agradeço portanto aos Vereadores, aos funcionários da Câmara e a todos vós que também contribuíram com a vossa presença com várias idas à Feira, pois só assim damos alguma dignidade aquele evento que é já uma referência nacional". -----  
Quanto à situação do Parque da Cidade disse que a Câmara está a fazer negociações como nunca antes foram feitas. "Estamos a ouvir as pessoas e a conversar com elas e a ouvir todas as suas reivindicações e dúvidas, indo já na terceira ronda de negociação e há já um proprietário que se disponibilizou a aceitar a verba que o tribunal deu, o que é uma iniciativa



eu

louvável, deixo portanto um agradecimento público à proprietária em causa. Com os restantes terrenos só em última instância avançaremos para a expropriação dos mesmos. Sobre o desporto para todos agradeço os elogios para a minha equipa, a que me ajuda a governar porque de facto é notável o trabalho que tem sido realizado pelo Sr. Vereador do Desporto e o que queremos para a nossa terra é mais alegria e mais saúde. E o desporto não passa só pelo futebol e pelo futsal, temos o atletismo e a canoagem estando já a arrancar obras de construção de novas estruturas para apoio a este desporto. Relativamente às feiras é importante dizer que os Presidentes de Junta do nosso concelho estão a fazer trabalhos corajosos em termos de Feiras locais e tendo estado recentemente no Rural Arcas dei os parabéns à organização, pois é de louvar e gostei muito da forma como a mesma decorreu, com tanta gente e tantos produtos a serem divulgados e com muita economia em movimento. Aproveitou para louvar outros Presidentes de Junta que também organizam Feiras de grande nível, como a Feira do Folar em Vilarinho de Agrochão, a Feira do Porco e do Javali de Morais, onde teve oportunidade de marcar presença e foram de facto organizações fantásticas com gente que traz dinâmica e economia ao concelho para que o progresso seja uma realidade constante". Referiu-se ainda a outras Freguesias que realizam outras Feiras, como é a Feira da castanha, a Feira da cereja, os produtos da terra, o tordo e o vinho, há festa na aldeia em Talhas e a feira da cebola em Chacim. "O nosso concelho é portanto muito dinâmico pois há poucos concelhos no Distrito com tantos eventos como o nosso". -----

"Quanto à intervenção do Deputado Municipal Carlos Carneiro e em relação à ata. A redação da aprovação que era pedida talvez não tenha sido a melhor e neste momento o que lhes quer dizer é que vão esquecer a palavra "unânime" e eu assumo a responsabilidade de pagar aos credores porque esta é uma situação muito delicada que põe em causa muita gente e economicamente para o concelho é importante e vamos pagar. O Deputado referiu que é uma situação esquisita e realmente é mas é justo que paguem e vamos pagar porque há provas e documentos e querem cumprir com justiça". -----

Relativamente aos passeios de Vale de Prados disse que "é óbvio que o objetivo da Câmara é corresponder com a execução da obra e não tem a ver com prioridades mas sim com disponibilidade e o que tem acontecido é que os trabalhadores da Câmara disponíveis e capacitados para este efeito não lhes permite estarem em todo o lado ao mesmo tempo e a Câmara tem-se deparado com situações extremamente graves e emergentes a que têm de acudir e depois os eventos que temos realizado ocupam também muito tempo aos trabalhadores, sejam eletricitas, calceteiros e carpinteiros e por isso peço que tenham alguma compreensão pois tentaremos acudir a todos e Vale de Prados não vai ser exceção". -----

"A assunção de transferências de competências falou aqui no caso de Bragança mas nós não seguimos o exemplo de ninguém. No Distrito e na CIM só duas Câmaras assumiram e não vos parece estranho que sendo nós uma das Comunidades Intermunicipais mais pobres, mais esquecidas que só duas Autarquias é que tenham aceite aquilo que já foi aceite em quase todo o território? Para mim é muito estranho e resolvi assumir, como aqui foi dito e muito bem, porque não quero estar na retaguarda, eu quero estar na dianteira. Relativamente a assumir

determinadas competências que aqui foram faladas, como na área da saúde nós temos uma situação muito especial que não se refere a nós. Nós temos uma unidade local de saúde do nordeste e estas competências a nós não se atribuem e temos outras situações sim que assumimos por uma razão muito simples, nós precisamos de autonomia e como aqui foi dito pelo Deputado Carlos Carneiro, e na redação da Lei-quadro n.º 50 e dos capítulos gostaria de chamar à atenção para dois ou três factos, como é por exemplo o objeto e âmbito – artigo 1.º, que diz “...queremos com esta lei concretizar os princípios da subsidiariedade da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local...”, isto é muito importante. Se nós andamos sempre a reivindicar isto, temos de ser colaborantes. No artigo 2.º nos princípios e garantias, na alínea b) “...importante a preservação da autonomia administrativa, financeira e patrimonial e organizativa das Autarquias Locais. Na alínea c) “...a garantia da qualidade de acesso aos serviços públicos...”, na alínea d) “...a coesão territorial...”, isto para nós é muito importante pois não temos tido nada disto, tem havido uma injustiça da atribuição de verbas e todos devem saber disso. Agora, temos um pacote financeiro que podemos investir com Candidaturas deixadas (bem ou mal) mas foram deixadas e temos de lhes dar continuidade, corrigindo ou não, alguns aspetos, o que é certo é que poderíamos ter tido muito mais nesses pacotes porque nós não temos tido capacidade reivindicativa como aconteceu agora nesta revisão das verbas a atribuir dos Quadros Comunitários neste Plano Nacional de Investimento e temos de ver também que nós estamos constantemente a ser prejudicados e para nós a autonomia é o mais importante e eu sou a favor da descentralização da regionalização e serei sempre. A alínea e) “...eficiência e eficácia da gestão pública...” e a alínea f) é uma garantia de uma transferência para as Autarquias Locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados. -----

Portanto se temos preocupações em relação a isto que redação é esta? Se o Governo não cumprir com isto nós podemos também não cumprir com a assunção das competências. Isto são condições que o governo impôs na redação da lei-quadro e que vieram esclarecer junto de nós pois o Sr. Secretário de Estado das Autarquias veio a Macedo explicar isto a toda a CIM e, eu tenho de acreditar no que disseram. E quando se fala no art.º 4.º, na concretização da transferência de competências, a transferência das novas competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais é efetuada em 2019, admitindo-se a sua concretização gradual nos seguintes termos: “até 15 de setembro de 2018 as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 comunicam esse facto à Direção Geral das Autarquias, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido”. Nós não comunicamos, assumimos e nem era necessário trazer à Assembleia Municipal o assunto. Mas, damos conhecimento disso e obviamente que tivemos a preocupação de convocar os Presidentes de Junta para esclarecermos esta situação, onde estiveram todos presentes à exceção de dois com a ausência devidamente justificada e foram todos esclarecidos de como as coisas iriam decorrer e portanto penso que relativamente a isto não há dúvidas. E, como vamos ter de assumir estas transferências obrigatoriamente em 2021 é preferível estarmos já preparados para o que aí vem e atendendo



*Cij*  
*cei*  
*[Signature]*

a que na nossa CIM só dois concelhos é que assumiram posso dizer que Macedo está na vanguarda". -----

"O Deputado Municipal António Vila Franca falou nos jovens empresários e estou a 100% com eles e tem demonstrado isso, pois tenho tido a preocupação que a empresa deste Deputado esteja sempre representada para onde a Câmara vai mesmo nos Certames no estrangeiro. Quanto às sugestões que fez, foram muito boas e vou certamente tê-las em linha de conta e espero que possam dar resposta positiva às mesmas tendo em conta que foram muito pertinentes". -----

Quanto ao investimento da Câmara na parte da agroindústria a preocupação foi sempre muito grande e culminou com a vinda à Cooperativa Agrícola de Macedo de Cavaleiros do Sr. Primeiro Ministro tendo sido bem elucidado da forma como a Cooperativa trabalha. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Joana Vaz que abordou a questão da Residência de Estudantes disse que isto é o culminar de uma luta que já vem desde o ano passado, com várias reuniões que tiveram no Ministério sempre insistindo e conseguiram que os ouvissem e desta forma a Residência foi mapeada e neste momento é uma dos 16 concelhos do País que mais camas vai ter. -----

Na intervenção do Deputado Municipal Nuno Morais diz que a Câmara tem um frenesim de obras e não está a olhar para as freguesias, mas isso não é verdade e a prova disso é que a estrada do Mogrão não está esquecida mas, no corrente ano não será prioritária. A estrada de Vilarinho de Agrochão está em tão mau estado há tantos anos e entendem que tem de ser reabilitada ainda este ano. A estrada do Lombo para Balsamão é de facto uma questão económica muito importante e as pessoas sabem que é das aldeias que mais residentes tem a trabalhar na sede do concelho e é importante em termos económicos que se poupem as viaturas e até no gasóleo porque com esta estrada cortam-se alguns quilómetros e esta questão é também uma prioridade para a Câmara, não descurando a intervenção relativamente ao estado das outras estradas. -----

Quanto ao diagnóstico que fez sobre as ETAR's aproveitou para lembrar que quando o seu Executivo tomou posse foi-lhe dito que das 50 ETAR's nenhuma funcionava. É portanto muito estranho virem agora dizer que estas não funcionam porque antes também não funcionavam e não vinham aqui dizer isso ao anterior Executivo. Além disso neste momento destas 50 apenas 6 estarão ainda com alguns problemas, e se tiverem em consideração que se antes não funcionavam 50 e agora funcionam 44 e vão funcionar as 50 têm de ser também um pouco mais sérios nas intervenções e deviam ter tido esta preocupação não só agora mas há três ou quatro anos atrás. Sobre os CTT disse que houve de facto aqui alguma preocupação, mas tiveram alguém que os alertou que deveriam ter uma atitude relativamente aos CTT. "Essa atitude partiria para o facto de a Câmara criar condições para que eles se tornassem ainda mais ativos no nosso território, uma vez que nós temos uma central de distribuição e, eventualmente, tirá-los da zona onde estão instalados e criar-lhe outra forma de logisticamente os CTT poderem trabalhar melhor, mas não há risco de os CTT saírem de Macedo. Quanto à BLC3 informo que esta tem estado a fazer um excelente trabalho e tem estado a angariar

trabalhadores. É óbvio que o que se pretende de uma incubadora é ter um período de incubação e depois se essas empresas têm “pernas para andar” deixam de ter o seu “berçário” e partem para o trabalho no terreno e isto tem um prazo, o trabalho da incubadora é dar assistência aos jovens empresários (na maior parte dos casos) e que tenham meios para poder subsistir”. A BLC3 está portanto a fazer um excelente trabalho e cada vez mais irão ter mais bolsas e quando forem convidados para a inauguração da BLC3 irão ser cabalmente esclarecidos e certamente também se irão congratular com este empenho da Câmara em que o Ensino Superior e o investimento cresça em Macedo. -----

“Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Jacinta Lopes penso que já tive oportunidade de responder à questão da reorganização administrativa. Quanto ao apoio que temos de dar aos Presidentes de Junta informo que a Câmara está cada vez mais empenhada em estar mais próximo e este trabalho de proximidade irá culminar, porque já demos formação a funcionários que irão fazer este trabalho de proximidade, com o balcão móvel elétrico não só junto dos Presidentes de Junta mas também dos idosos que têm grande dificuldade em deslocar-se para a Sede do Concelho. Neste aspeto é também de louvar o trabalho dos Presidentes de Junta que têm mantido os Gabinetes de Apoio ao Cidadão que serão os mais periféricos e também fazem um trabalho de proximidade excelente. Quanto à prática de outras modalidades desportivas nunca foi dito aos praticantes de basquete que não podiam utilizar as instalações. O que se passa é uma questão de segurança. A Empresa que fez o Pavilhão tem de estabilizar as tabelas de basquete, que neste momento não estão praticáveis. Levar para lá as crianças e os atletas era um ato irracional, pois teríamos ali razões de segurança em causa e seríamos cúmplices de acidentes que pudessem vir a acontecer e têm outros espaços onde podem praticar sem as tabelas. Só quando a empresa vier a aplicar esses estabilizadores é que poderemos garantir segurança e se isso demorar mesmo estando a Câmara a fazer diligências constantes nesse sentido terá de ser a Câmara a assumir esse encargo e iremos fazê-lo”. -----

“O Deputado Municipal Manuel Mico fez referência à Feira da Caça e sobre isto já respondi e quanto à postura dos congéneres vizinhos no âmbito da CIM, uma verdadeira Capital de um território primeiro têm de querer um território forte para poder ser uma verdadeira Capital. Mas lamentavelmente a mensagem que tem passado é que quer uma grande Cidade, mas para isso é importante que tenha um grande Distrito e a postura do Presidente da Câmara de Bragança não tem sido essa. Atacar Autarcas Socialistas que sempre se têm pautado pelo equilíbrio, a colaboração e pela defesa do território no seu conjunto, não me parece uma boa prática, porque o que têm feito sempre é defender a posição central do território, pois logisticamente este é o território mais central e não tem qualquer mal o concelho defender um trajeto do IP2 prolongado pela Zona Industrial de Macedo até Vinhais e depois à Godiña em Espanha, que é onde vai estar a verdadeira estação para mercadorias”. -----

“Quanto à intervenção da Deputada Municipal Inês falcão que elogiou a Feira da Caça e aproveitou para também elogiar o trabalho da Confraria do Javali que se tem empenhado na divulgação da parte gastronómica potencial do concelho e colaborando na Feira da Caça



Ci  
cei

particularmente com esta Rota Gastronómica do javali que é de facto uma iguaria que muito se identifica com o território de Macedo de Cavaleiros e iremos continuar certamente a ter a colaboração desta Confraria que tão bom trabalho tem prestado. Agradeço ainda o esclarecimento que deu relativamente à doação feita pela artista Regina Afonso porque de facto não estava bem claro e neste momento já sabemos que o espólio está em Balsamão e que está em boas mãos, até que a Câmara tenha condições para este voltar". -----

“Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Miranda Pereira que questionou sobre o apoio da Câmara à Associação Terras Quentes informou que nunca deixou de haver apoio e que a Associação Terras Quentes tinha uma verba que lhe era atribuída anualmente, no tempo do anterior Executivo, que eles continuariam a querer prestar. No entanto, sempre foi dito que não seria suficiente porque tinham 3 funcionários que a Câmara se comprometeu a assumir os custos com os mesmos. Contudo, contrariamente à prática antiga e ao excelente trabalho que fizeram do levantamento arqueológico e ao apoio aos Museus que deixou de ser feito. Nunca mais tiveram publicações dos Cadernos Terras Quentes, nem trabalhos de levantamento arqueológico e neste momento o trabalho limitava-se à existência de 3 funcionários com abertura dos Museus com muito pouca afluência. “Perante isto pedimos razoabilidade nas negociações e outro tipo de funcionamento e com outro tipo de responsabilidades não estando este executivo a invocar mais nada do que já existia antes, ou seja não estamos a tirar verbas nem a dizer-lhes que não queremos colaborar, estando as negociações ainda em cima da mesa. Relativamente ao canal e à sua segurança ao longo dos anos nunca foram transmitidas ocorrências mas acredito que existam animais mortos e a Câmara irá transmitir este facto às Entidades responsáveis uma vez que a Câmara não pode atuar nessa área nem tão pouco vedá-lo”. -----

“Sobre a intervenção da Deputada Municipal Catarina Matos concordo que temos efetivamente um território vastíssimo mas infelizmente os territórios periféricos que não têm formas de fixar a população principalmente jovens empresários e gente com capacidade de investir perderam-nos e agora este é um território de baixa densidade. Projetos para as aldeias continuamos a ter pois estamos a criar Gabinetes com capacidade de ajudar, entusiasmar e incentivar as pessoas para Candidaturas para o investimento e novas indústrias principalmente na área agroalimentar e tem havido já o reflexo de alguma intervenção da Câmara e temos jovens agricultores com avidez de inovar e modernizar. Portanto o panorama é bastante positivo e acredito que mesmo nas aldeias vamos ter um grande investimento. Quanto aos serviços de proximidade já aqui referi que a Câmara está a investir nessa área e relativamente aos protocolos que existem noutros concelhos vamos recolher essas boas práticas e se tivermos capacidade iremos pô-las em prática. Louvo a isenção como fez a sua intervenção nesta Assembleia Municipal e com caráter muito construtivo. A Câmara está a investir em mais equipamentos desportivos e cada vez mais valorizamos o papel dos Presidentes de Junta e quanto às eleições Europeias faço também um apelo pois se queremos ter visibilidade enquanto território periférico vamos ter de votar maciçamente, mostrando assim interesse e envolvimento, e ter uma participação cívica preocupada porque caso contrário ninguém nos vai

dar credibilidade. E, se queremos a regionalização e transferência de competências e visibilidade em termos Europeus e reivindicar aquilo a que temos direito apelo a que nas Eleições para o parlamento Europeu não deixemos de votar”. -----

“O Deputado Municipal Edgar Fragoso abordou uma questão muito pertinente que tem a ver com a passadeira junto à paragem de autocarros onde efetivamente se têm registado alguns acidentes e de facto aquele não é o melhor sítio para a localização da paragem dos autocarros. Mas esta questão já foi abordada em reuniões do Executivo e as passadeiras irão ter de ser ou sobrelevadas ou então criar semáforos que detem a velocidade e façam abrandar a velocidade dos veículos. Esta questão está dentro dos propósitos do Executivo e iremos fazê-lo. Quanto às soluções para Travanca estou plenamente de acordo com o que foi dito porque efetivamente o piso da estrada está em mau estado e vamos ter de o melhorar. Deixo ainda uma saudação para o Grupo Desportivo Macedense pela excelente carreira que está a ter”. ----

“Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Acácio Espírito Santo e sobre o Entrudo Chocalheiro que para Macedo é uma marca internacional e que lhes dá mais visibilidade. Esta imagem vai ser capa das Seleções do Rider’s Digeste, uma das revistas com mais difusão no mundo. A revista Evasões na semana passada trazia os Caretos, foram passados programas contínuos na televisão, apresentações internacionais estando previstas no corrente ano nos Estados Unidos, na Grécia, Suíça e Macau. Neste momento esta é a imagem que os identifica que lhes dignifica o território e por isso não se compreende a atitude de quem tenta copiar aquilo em que Macedo vem a trabalhar há tantos anos e tente fragilizar a Candidatura que fizeram. O Careto de Podence é genuíno é um trabalho que vem de longe e na sequência de vários esforços com muitas reuniões em Lisboa e o assunto até já foi discutido no âmbito da CIM. Agradeço ao Deputado Municipal por todo o empenho e coragem que teve no Projeto SideUp. Ele foi o mentor deste projeto e é das pessoas mais inquietas da nossa Cidade, mais preocupada com que se encontre alguma sustentabilidade e capacidade de fixação das pessoas na nossa terra e portanto elogio-o pela sua resiliência e pela forma como sempre tem negociado com o IPB e com os Ministérios. É um homem exemplar e a seguir por todos e agradeço pela sua intervenção desinteressada pois nunca ganhou um cêntimo com o trabalho que desempenhou sacrificando ao mesmo tempo a sua vida privada e profissional. Agradeço também a forma como aqui teve a humildade de dizer que não poderia aceitar ser vogal representante da CIM na ULS. As razões são de louvar pois são pela dedicação aos seus doentes”. -----

“Agradeço a intervenção do Deputado Municipal José Génio pelo facto de ter vindo dizer a esta Assembleia que finalmente depois de tanto tempo conseguiram fazer as obras em Chacim”. ----

“Quanto à intervenção do Deputado Municipal João Alves não tenho mais nada a dizer, apenas referir que o trabalho de resiliência e defesa com a coragem com que o faz do seu território e da sua freguesia é um grande exemplo”. -----

“Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Humberto Trovisco sobre a segurança da Zona Industrial disse que quando não têm as situações não se lembram delas e esta preocupação foi uma das nossas bandeiras de campanha, que era dotar a Zona Industrial de



Cj  
ee  
AA

condições mais dignas e se possível criar uma gestão de condomínio. Depois deste assalto e atendendo a que o último que tinha ocorrido foi em 2016 e que foi muito semelhante a este, manifestei de imediato a minha solidariedade e fiquei com problema de consciência por não poder lá ir mas nesse dia estava com negociações e reuniões que não me permitiram sair do edifício da Câmara nem sequer para almoçar, mas a minha preocupação esteve sempre com os empresários porque estes são dos mais importantes investidores do concelho e a Zona Industrial é muito importante para Macedo. Neste momento posso partilhar que já conversei com o Presidente da Associação Comercial e os empresários estão na minha mente e temos já a preocupação de agendar uma reunião porque os Empresários são dos mais importantes investidores do concelho tal como a Zona Industrial e a prova disso é que andamos já a preparar a Candidatura para Abertura do próximo Aviso que vier, mas queremos uma medida de exceção para Macedo porque tal como o Sr. Deputado disse e muito bem, a Zona Industrial de Macedo nem sequer estava mapeada quando fizeram o investimento para Bragança, Alfândega da Fé e Mirandela. Não sei o que aconteceu porque foi no anterior Executivo e neste sentido Macedo foi ultrapassado mas neste momento estamos já em campo em negociações com a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) e com o Ministério das Infraestruturas e vamos estar na primeira linha quando o Aviso abrir pois já fizemos o levantamento do Plano de expansão, o projeto está feito e vamos continuar com o investimento nas infraestruturas, que está contemplada uma pequena verba no orçamento que irá aumentar progressivamente porque a Zona Industrial é uma prioridade para esta Câmara". -----  
"Sobre o condomínio já tinha prestado declarações à Onda Livre em simultâneo com o Presidente da Associação Comercial e Industrial que estão sobre o acontecimento". -----

**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra.** -----

**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – Disse – “Relativamente à questão das dívidas da forma que respondeu deduzo que o que o Sr. Presidente quis dizer que o assunto voltará novamente à Assembleia. Sobre a questão da Residência Universitária e às 76 camas de facto argumenta-se da forma que nos dá mais jeito em cada momento. É óbvio que estamos de acordo com a requalificação do edifício e estamos sempre e com a bondade da questão. Contudo é preciso ver o que isto representa porque se defendiam que num dado momento estavam em causa, quando transportavam os alunos para Macedo inclusive que frequentavam o IPB em Bragança tinha a ver com a dinamização e com o aporte económico que isso podia trazer às pessoas da Cidade. É preciso que se note que no último levantamento que foi feito havia e há mais de 200 apartamentos vazios em Macedo, consequência inclusive da questão do encerramento do Piaget e se nós multiplicarmos isso pelo menos por duas pessoas por apartamento já estarão a falar em 400 pessoas. Assim a questão agora é os argumentos mudaram e já é para fazerem concorrência aos privados? Porque quando falam numa Residência Universitária é que isso que estão a pretender fazer, pois é mais que certo que enquanto essas 76 não estiverem ocupadas ninguém vai para os apartamentos de privados. ---

Quanto à questão da transferência de competências lembro o Sr. Presidente que na sua intervenção pedi uma série de esclarecimentos e nem sequer opinou sobre a questão, nomeadamente se era favorável ou não. O que achamos é que na realidade em função daquilo que é uma Lei-quadro que não especifica rigorosamente nada e por isso pedimos esclarecimentos e sustentação para a decisão que a Câmara tomou. Contrariamente àquilo que o Sr. Presidente afirmou este assunto não foi comunicado à Assembleia Municipal, pois só tiveram conhecimento desta questão pelo que se comenta e pela comunicação social". -----

**HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD)** – Disse-“ Pretendo esclarecer que na minha primeira intervenção não disse que a Câmara não tem critério por causa da economia pois falei mais por causa das intervenções hoje aqui suscitadas por vários Deputados Municipais e tendo em conta que há nesta Assembleia Empresários e Comerciantes e esses não trazem aqui esse tema, contudo agradeço a explicação dada pelo Sr. Presidente, contudo pretendia que me fosse dada resposta relativamente à sugestão que deixei na última Assembleia Municipal relativamente à limpeza das zonas verdes da zona industrial que são da responsabilidade da Câmara Municipal e se providenciaram no sentido de contactar os empresários proprietários dos Lotes que se encontram cheios de ervas e silvas”. -----

Prosseguiu para dizer que “uma vez que tinha sido crítico e tinha deixado inclusive algumas sugestões pretendia deixar uma palavra de apreço pela reparação da conduta que já está reparada e repavimentada e também aos trabalhadores da Câmara por terem executado este trabalho”. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** sobre a dúvida do aporte económico que possa vir a ter a residência de estudantes disse que “a Câmara entende que aquela residência é tão importante por todas as razões e mais algumas e até pela parte do ensino e de incremento económico para o território que já estavam a pensar que passasse para a propriedade da Câmara que faria a intervenção através de um Fundo e ao fim de 10 anos começar a pagar os benefícios que podiam ter tido através do investimento daquele imóvel. Felizmente com a saída do diploma isentou-nos de qualquer responsabilidade neste edifício e 76 camas para Macedo é muito importante”. Explicou o porquê frisando essencialmente que “a Comunidade Guineense se está a integrar no nosso território, sente-se bem cá e estamos cada vez mais preocupados em criar aqui eventos que conseqüentemente trazem movimento económico e não só o movimento estudantil. Dito isto penso que não devem ficar preocupados porque as imobiliárias de Macedo tiveram dificuldades em dar resposta por falta de oferta”. -----  
“Sobre a interpretação da Lei-quadro informo que é óbvio que não tenho valores para lhes poder dar pois eles nem transparecem nem estão refletidos na Lei, nem sequer há verbas e a única garantia que temos por parte da Secretaria de Estado das Autarquias Locais é que de



facto aquilo que corresponder aos gastos irá ser transferido com o risco de a Câmara não ter de assumir aquilo que lhe transferem. É preciso acreditar na boa-fé de quem está responsável pela questão. No âmbito da CIM foi discutido se este assunto devia ser presente à Assembleia Municipal e apenas as Câmaras que não aceitaram a transferência das competências é que precisaram de enviar o assunto à Assembleia Municipal, não sendo neste caso de modo algum, e uma vez que aceitamos a transferência de competências falta de consideração para com este Plenário não ter agendado este assunto". -----

Agradeceu a intervenção do Deputado Municipal Humberto Trovisco e a forma humilde como o fez e disse que logo que possível lhe vai dar a resposta sobre a limpeza das zonas verdes na Zona Industrial, que é de facto da competência da Câmara. -----

Neste momento o **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento ao Plenário que a moção apresentada no início pelo Deputado Municipal Henrique Palma em nome do Partido Socialista mas que foi subscrita por todos os Grupos Políticos com representação nesta Assembleia Municipal e que novamente se transcreve. -----

“No seguimento da moção apresentada na Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros na data de 26/06/2018 a qual foi votada e aprovada por maioria merecendo assim o total apoio de todos os Grupos Parlamentares. Atendendo a que existiu uma remodelação no Ministério do Planeamento e Infraestruturas e todo o elenco deste Ministério foi remodelado na sua totalidade. Vem novamente a Assembleia Municipal reforçar e sensibilizar o novo Ministro e restantes estruturas deste ministério para a nossa pretensão e da qual não vamos desistir, isto porque, esta ligação que consiste na progressão do IP2 através de Vinhais e ligando pela Mofreita a norte até ao Município da A Gudiña ligando á A52 (autovia das Ribas Baixas e à estação AVE (Alta Velocidade Espanhola) Portas da Galiza, também em A Godiña. Este investimento é um dos anseios do nosso concelho e de alguns concelhos limítrofes, consideramos mesmo, que esta ligação é estratégica para alavancar e dinamizar toda esta região, potenciando a criação de mais investimentos, sendo, desde logo intenção deste Município de Macedo de Cavaleiros a criação de uma plataforma logística regional com a ampliação da sua zona industrial e que irá permitir escoar produtos e serviços para o resto da Europa, utilizando este troço e a centralidade geográfica do mesmo. Concluindo, é de extrema importância para este território e para as suas comunidades que esta nossa pretensão entre na discussão pública e seja analisada no PNPOP para o PDR2030. Julgamos, que este investimento defende a coesão territorial e a descentralização, de modo a minimizar a perda demográfica nos municípios onde este problema se tem vindo agravar, como é o nosso caso e consequentemente na nossa região. Voltamos assim, a apelar para uma decisão nacional em consonância com os anseios das populações e que a mesma seja enquadrada num plano de investimentos mais justo para a região e que tenham em conta as pessoas que vivem nestes territórios, dando-lhes assim a dignidade que eles merecem. Esta nossa pretensão deverá ser enviada para a comunicação social do distrito, Conselho de Administração das Infraestruturas de Portugal, Grupos Parlamentares, Ministério do Planeamento e Infraestruturas.” -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----  
**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 59 votos a favor e uma abstenção deliberou aprovar a moção, nos termos apresentada.** -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**PONTO 2.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E DO N.º 4 DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

Pelo excelentíssimo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – “Relativamente a este ponto e tendo em conta o ponto 2.6 que iremos discutir a seguir e que tem a ver com o Acordo de Regularização de uma da Dívida da água e neste caso concreto com a Empresa Águas do Norte pretendia saber se esse acordo abrangeu também a ação 149/12 que decorre no TAC de Mirandela e a ação 362/15.5 que decorre também no TAC de Mirandela e que envolvem precisamente as Águas de Trás-os-Montes, na altura designada assim, contra a Câmara. E, como não há referencia nenhuma nem no acordo, nem na informação escrita a questão é: se fizeram o acordo sobre esta matéria e se deixaram estas ações “penduradas” e por resolver e a razão porque isso aconteceu se isto se confirmar. Por último o Sr. Presidente da Câmara ainda não me respondeu sobre a questão da votação e gostaria que o fizesse porque continuamos a não ficar esclarecidos”. -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Pretendeu congratular-se pelo fato de estar prevista já uma verba para a reparação da rede de águas que é tão importante. Relativamente à intervenção do Deputado Carlos Carneiro disse que os processos referentes à dívida de água são processos que têm de passar na Assembleia Municipal de seguida são enviados ao Tribunal de Contas e só depois é que podem consumir o Acordo. Esta é a razão pela qual não constam da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal. -----

**HENRIQUE MANUEL CRUJO MENDES PALMA (PS)** – Sobre a informação escrita do Sr. Presidente e relativamente a algumas reuniões mensais faz como a CIM e que refere na sua informação. Menciona um estudo relacionado com a estratégia de internacionalização e a abordagem a mercados prioritários para os recursos endógenos e produtos turísticos das Terras de Trás-os-Montes. Referiu que não sabe se existem já algumas conclusões sobre



*Handwritten signature and initials*

estes estudos pois enquanto representante indicado pela Assembleia Municipal na CIM estas informações não lhes chegam e por isso gostaria que se o Sr. Presidente da Câmara tivesse alguma informação sobre esta matéria que informasse a Assembleia Municipal. Outro estudo é referente à avaliação do potencial de Mercado para as raças de Ovinos, Caprinos e Suínos. E pergunta: "isto tem a ver com o quê em concreto? Tem a ver com o Estudo de Mercado, estudo mais virado para a Comercialização? Gostaria, se for possível que o Sr. Presidente lhes desse mais alguma informação relativamente a esta questão". -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente à intervenção do Deputado Carlos Carneiro sobre o acordo das dívidas de água disse que com a assinatura dos acordos e o visto do Tribunal de Contas o Município deixa de ter dívidas em atraso. Quanto à outra questão do pagamento das dívidas não documentadas disse que esse assunto foi votado na anterior Assembleia Municipal e foi chumbado, porque não houve unanimidade, neste momento ele próprio vai assumir e tomar a decisão de pagar aos credores, ficando esta assembleia livre de responsabilidades uma vez que ele mesmo a vai assumir. -----

Ao Deputado Henrique Palma respondeu que as ações de internacionalização visam para já, visitas de estudo e ao fazê-las estão a colher boas práticas. Isto vai ser feito no âmbito da CIM e o que pretendem é criar uma marca própria, marca Trás-os-Montes e através das boas práticas implementar no território essa marca e a forma de a divulgar e internacionalizar. Relativamente às raças autóctones disse que estão a trabalhar com as associações e têm um programa e grupos de estudos e na altura devida irão dar conhecimento porque ainda estão a proceder aos estudos, no sentido de melhorar e preservar as raças no âmbito da CIM. -----

**PONTO 2.2 – DR. LUÍS VEJA, ENFERMEIRA DANIELA, PILOTO JOÃO LIMA E COPILOTO LUÍS ROSINDO / PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL DE VALOR E ALTRUÍSMO, GRAU OURO – EMISSÃO DE PARECER NOS TERMOS DO ARTIGO 2.º DO REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS** -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do Plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte e sete de dezembro de dois mil e dezoito, que se transcreve. -----

“ DR. LUÍS VEGA, ENFERMEIRA DANIELA SILVA, PILOTO JOÃO LIMA E COPILOTO LUÍS ROSINDO / PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL DE VALOR E ALTRUÍSMO, GRAU OURO -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara, que se transcreve. -----

“Com um elevado espírito de altruísmo e resiliência o Dr. Luís Veja, a Enfermeira Daniela Silva, o Piloto João Lima e o Copiloto Luís Rosindo assumiram um papel fundamental no apoio e auxílio às populações da nossa região. A disponibilidade, o profissionalismo e a dedicação a esta causa contribuíram para o destaque e fortalecimento deste serviço nesta Região. O trágico acidente com o helicóptero Augusta A109S ao serviço do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) que os vitimou no passado dia 15 de dezembro, revela-se uma perda irreparável, não podendo o município deixar de destacar estes quatro profissionais que perderam a vida ao serviço da população em geral e dos macedenses em particular. Pelo exposto proponho que a Câmara Municipal atribua, a título póstumo, aos cidadãos Dr. Luís Vega, à Enfermeira Daniela Silva, ao Piloto João Lima e ao Copiloto Luís Rosindo, conforme prevê o artigo 24.º do regulamento das Distinções Honoríficas do concelho de Macedo de Cavaleiros, a MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL DE VALOR E ALTRUÍSMO, GRAU OURO, destinada a premiar os cidadãos que pratiquem atos de grande risco reconhecidos pelo valor e espírito humanitário de excepcional relevância e projeção.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou, aprovar a proposta do Presidente da Câmara, propondo a atribuição da Medalha de Mérito Municipal de Valor e Altruísmo, Grau Ouro, ao Dr. Luís Veja, à Enfermeira Daniela Silva, ao Piloto João Lima e ao Copiloto Luís Rosindo, submetendo-se a presente deliberação a apreciação da Assembleia Municipal, para emissão de parecer, tal como resulta do disposto no artigo 2.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros. “-----

**Abertas as inscrições usaram da palavra.** -----

**ANA RITA SIMÃO RODRIGUES (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ A minha intervenção visa os pontos 2.2, 2.3 e 2.4. A bancada do PSD congratula-se pelas propostas de atribuição da Medalha de Mérito Municipal de Valor e Altruísmo, Grau Ouro, aos heróis Dr. Luís Veja, enfermeira Daniela Silva, piloto João Lima e copiloto Luís Rosindo. Ao INEM a atribuição da Medalha de Mérito, Grau Ouro e ao Dr. Manuel Serralva a proposta de Medalha de Mérito Municipal de Valor e Altruísmo, Grau Ouro. Heróis que morreram a cumprir a sua missão em prol de todos nós. Até ao último minuto defenderam os seus princípios e a tentativa infelizmente falhada para regressar ao destino e estar assim disponível para aceitar nova missão. Só que o destino pregou-lhe uma grande rasteira e, não permitiu que a mesma fosse concluída levando profissionais excelentes que todos os dias ajudavam o próximo. É triste mas, infelizmente a tragédia aconteceu. De certeza que estarão a olhar por todos os colegas que diariamente batalham muitas vezes em condições de grandes exigências para ajudar todos nós. A toda a equipa do Heli Macedo um grande agradecimento por tudo que diariamente fazem pela nossa comunidade. Na pessoa do Dr. Manuel Serralva felicito todos pela disponibilidade, sentido de missão, carinho, cuidado, ajuda, dedicação e muitos mais adjetivos. O nosso muito obrigado. -----

Ao Dr. Serralva, uma palavra de apreço especial, por tudo o que fez, por tudo o que já passou e o que ainda estará para fazer. Na vida às vezes o caminho torna-se muito sinuoso mas, onde



menos esperamos aparece uma clareira e tudo fica mais iluminado. Obrigado ao Dr. Serralva e obrigada a toda a equipa do Heli Macedo. " -----

Concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** sobre este assunto fez a seguinte intervenção: " Relativamente à oportunidade ou não de fazer ou não estas distinções honorífica, cabe-me aqui esclarecer-vos que infelizmente esta situação precipitou uma homenagem que queríamos fazer ao Dr. Serralva mas, ao mesmo tempo também tivemos oportunidade de homenagear o INEM e as pessoas que pereceram na nossa defesa criando-nos condições para que nós tivéssemos a assistência de saúde que merecemos aqui no território. E por isso quero dar-vos conhecimento que tinha estado em Guimarães com o Dr. Serralva para lhe comunicar que iria ser por nós feita a proposta para o homenagear com a Medalha de Mérito Municipal de Valor e Altruísmo, Grau Ouro, e ele como sempre humildemente disse que não esperava reconhecimento desta forma publicamente porque ele sabia que as pessoas reconheciam o seu esforço e o seu trabalho. Com isto quero dizer que já estava prevista a homenagem, no entanto a situação que ocorreu veio precipitar um outro figurino que não era aquela que nós desejávamos, mas entendemos que temos de homenagear todos aqueles que trabalham para nós no terreno, neste caso naquele meio aéreo que faticamente caiu no dia do temporal mas, o INEM como Instituição merece a nossa homenagem e o Dr. Serralva particularmente porque tem feito um sacrifício enorme e mesmo agora não deixa de colaborar com o INEM de Macedo onde vem fazer serviço pelo menos uma vez por mês, apesar de ser o Diretor do Serviço de Urgência do Hospital de Guimarães, com muito movimento e grandes responsabilidades. Como é óbvio o Dr. Serralva merece a homenagem tal como os nossos Autarcas e que já faleceram mas que lutaram pela permanência do helicóptero do INEM no nosso território. E isto que fique bem claro, pois aqui é que o Dr. Hernâni (Presidente da Câmara de Bragança) podia dizer o que fizeram os Autarcas Socialistas com a sua providência cautelar pois todos sabem muito bem que na altura por vontade dos Deputados Social-democratas o Helicóptero teria ido para Vila Real e o Dr. Hernâni podia fazer menção desta luta que nós tivemos, e isto sim mostramos solidariedade para com o território. " -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou dar parecer favorável à atribuição da Medalha Municipal, de Mérito Municipal de Valor e Altruísmo, Grau Ouro, aos cidadãos Dr. Luís Veja, Enfermeira Daniela Silva, Piloto João Lima e Copiloto Luís Rosindo. -----**

**PONTO 2.3 – INEM / PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO – EMISSÃO DE PARECER NOS TERMOS DO ARTIGO 2.º DO REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS -----**

**O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte e sete de dezembro de dois mil e dezoito, que se transcreve. -----**

**“ INEM / PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO -----**

Presente a proposta do Presidente da Câmara, que se transcreve. -----

“Reconhecendo o exemplar percurso do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), da sua existência ao serviço da comunidade e da proteção e socorro de populações com uma atuação sempre caracterizada pelo heroísmo, pela abnegação e pela solidariedade para com o próximo, proponho que a Câmara Municipal atribua ao INEM a MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, GRAU OURO, conforme prevê o artigo 20.º do Regulamento das Distinções Honoríficas de Macedo de Cavaleiros destinada a distinguir as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos atos advenham assinaláveis benefícios para o concelho de Macedo de Cavaleiros, melhoria nas condições da vida da sua população, desenvolvimento ou difusão da sua arte, divulgação ou aprofundamento da sua história, ou outros de notável importância que justifiquem este reconhecimento.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou, aprovar a proposta do Presidente da Câmara, propondo a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, ao INEM, submetendo-se a presente deliberação a apreciação da Assembleia Municipal, para emissão de parecer, tal como resulta do disposto no artigo 2.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros. “”-----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou dar parecer favorável à atribuição da Medalha Municipal, de Mérito Municipal de Mérito, Grau Ouro, ao INEM. -----

**PONTO 2.4 – MANUEL SERRALVA / PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL DE VALOR E ALTRUÍSMO, GRAU OURO -----**

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte e sete de dezembro de dois mil e dezoito, que se transcreve. -----

**“MANUEL FILIPE SERRALVA / PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL DE VALOR E ALTRUÍSMO, GRAU OURO -----**

Presente a proposta do Presidente da Câmara, que se transcreve: -----

“Com elevado espírito de altruísmo a resiliência, apaixonado pela Emergência Médica, o Dr. Manuel Serralva, tem um papel fundamental no apoio e auxílio às populações da nossa região. Manuel Filipe Serralva é o médico com mais horas em emergência médica em Portugal, dignificando a profissão, a medicina em geral e a humanidade, identificando-se assim com os valores desde sempre defendidos pela Ordem dos Médicos. Esteve desde o início operativo da VMER (Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação) em Macedo de cavaleiros, sacrificando os seus tempos livres e comodismo para se dedicar à assistência e auxílio do povo transmontano e Macedenses. Sempre teve uma atuação caracterizada pelo heroísmo, abnegação e solidariedade incondicionais. Pelo exposto proponho que a Câmara Municipal atribua ao Cidadão Dr. Manuel Filipe Serralva, conforme prevê o artigo 24.º do regulamento



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

das Distinções Honoríficas do concelho de Macedo de cavaleiros, a **MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL DE VALOR E ALTRUÍSMO, GRAU OURO**, destinada a premiar os cidadãos que pratiquem atos de grande risco reconhecidos pelo valor e espírito humanitário de excepcional relevância e projeção." O **Vereador Manuel Duarte Fernandes Moreno** disse: "Mais que justa é merecida não só aos quatro elementos que pereceram como à Instituição, e muito particularmente ao Dr. Serralva. O Dr. Serralva foi aquele que abnegado de qualquer interesse ajudou Macedo, os macedenses e sobretudo Trás-os-Montes de forma empenhada para que o meio de transporte ficasse em terras de Macedo. Por isso abeirou-se de todos os que podiam influenciar, afetar e alterar, quer pessoas em nome individual, quer Instituições, quer forças políticas, dando assim nome à Cidade e ajudando todos quantos precisavam deste meio para sobreviver a qualquer percalço da vida. Foram múltiplas as reuniões que teve, alegando e mostrando os benefícios e as vantagens da localização do heliporto e as magníficas instalações para a brigada da heli 3 Portugal. Desta forma permitiu que se notasse pela sua colocação aqui em Macedo. E, quem não se lembra das manifestações de apoio, das palavras sentidas de toda uma população Transmontana que já tinha sido salva, ou visto um familiar regressar a casa, são e salvo, pois em todas estas ações, por detrás esteve um homem, o Dr. Serralva. Um homem que como sempre ouvi dizer, se não vivesse em Penafiel gostaria de viver em Macedo. Por tudo isto e por todo o trabalho e dedicação a esta nobre causa, que é o bem-estar do homem e o reconhecimento da cidade e do concelho de Macedo de Cavaleiros, este profissional dedicado merece que lhe seja atribuída a Chave de Honra da Cidade, tal como se prevê no artigo 6.º do Regulamento das Distinções Honoríficas. A Chave de Honra da Cidade é um Galardão Municipal destinado a distinguir personalidades, instituições ou organizações nacionais ou estrangeiras que pelo seu prestígio, cargo, ação ou relacionamento com o concelho de Macedo de Cavaleiros sejam considerados dignos desta distinção. A sua ação em benefício dos outros, bem como o relacionamento com o concelho de Macedo de Cavaleiros justificam merecidamente tal distinção." -----

Sobre a proposta agora apresentada, o **Presidente da Câmara** disse que esta intenção de homenagear o Dr. Serralva já tinha sido abordada antes do recente e trágico acidente, o que até já lhe tinha sido comunicado a intenção de lhe atribuir esta Medalha. -----

O **Vereador Rui Alexandre Serapicos Vilarinho** manifestou-se dizendo que a atribuição da Medalha de Mérito Municipal de Valor e Altruísmo, Grau Ouro, já é por si uma grande distinção. O **Vereador Pedro Fernando Reis Mascarenhas** disse que não quer dizer que o Dr. Serralva não mereça a distinção que o Sr. Vereador agora propôs. Contudo, o Dr. Serralva, sendo uma pessoa nova, ainda tem, sem dúvida, muito para dar. Portanto ao dar-lhe esta distinção agora proposta daqui a uns anos não terá mais nada para lhe dar, além de que esta distinção para já não é muito oportuna. -----

Concedida a palavra ao **Diretor do Departamento de Administração Geral** informou que, perante o conceito que o Regulamento das Distinções Honoríficas tem para este tipo de distinção proposta pelo Sr. Vereador, salvo melhor opinião, não será a mais ajustada, porquanto visa condecorar personalidades e não pessoas em nome individual. -----

Posta esta proposta à votação foi a mesma rejeita por maioria. -----  
(Votação: 4 votos contra (Benjamim Rodrigues, Pedro Mascarenhas, Elsa Escobar e Rui Vilarinho)  
e três votos a favor (Duarte Moreno, José Luís Afonso e Assunção Gemelgo)-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou, aprovar a proposta do  
Presidente da Câmara, propondo a atribuição da Medalha de Mérito Municipal de Valor e  
Altruísmo, Grau Ouro, ao Dr. Manuel Filipe Serralva, submetendo-se a presente deliberação a  
apreciação da Assembleia Municipal, para emissão de parecer, tal como resulta do disposto no  
artigo 2.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros. “”

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou dar parecer  
favorável à atribuição da Medalha de Mérito Municipal, de Valor e Altruísmo, Grau Ouro,  
ao Dr. Manuel Filipe Serralva. -----

**PONTO 2.5 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2019 / 1ª REVISÃO – PROPOSTA:  
DELIBERAÇÃO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA A) DO ARTIGO 25.º DO  
ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a proposta da  
Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte de fevereiro de dois mil e dezanove, que se  
transcreve. -----

-“DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2019 / 1.ª REVISÃO – PROPOSTA -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve. -----

“O ponto 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL regula as modificações aos documentos previsionais. -----

As modificações aos documentos previsionais que deem lugar à inclusão ou anulação de  
projetos neles considerados (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades  
Municipal) ou que se traduzam no aumento da receita e/ou da despesa prevista (Orçamento)  
dão, sempre, lugar à sua revisão. -----

Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos determinam o procedimento da  
Revisão dos Documentos Previsionais em vigor, porquanto, em síntese, do lado das GOP'S  
contemplam-se a criação de ações novas e a anulação de outras, com o conseqüente  
ajustamento de despesa e, do lado do Orçamento, apresentam-se alguns ajustamentos ao  
nível da receita, em resultado (i) de receitas deficientemente orçamentadas e (ii) do  
ajustamento à receita proveniente da requalificação o Quartel da GNR. Por sua vez, do lado da  
despesa, a orçamentação das ações novas que vêm aumentar a despesa inicial. -----

Feita a justificação técnica da presente proposta, passo a destacar os principais aspetos que  
esta Revisão encerra. Assim, -----

**A) PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS -----**

Destaca-se o ajustamento na ação de requalificação do Quartel da G.N.R; na ação de  
aquisição do edifício do Piaget e, ainda, na ação da aquisição de terrenos para o parque  
urbano. Contempla a anulação de arruamentos em Santa Combinha. -----

**B) PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL -----**

Ajustamento das rubricas orçamentais no que concerne aos Acordos de Regularização de



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Dívida e de pagamento de dívida antiga da Resíduos do Nordeste, bem como a criação de ações novas e anulação de outras, as quais se encontram identificadas no mapa anexo. -----

**C) ORÇAMENTO** -----

Ao nível do orçamento da receita prevê-se a inscrição de um montante € 541.754,70 e a anulação de € 794.462,00. -----

Ao nível do orçamento da despesa, a orçamentação de cada uma das ações novas que se criam, bem como daquelas que sofrem ajustamento. -----

Em suma, esta revisão apresenta os seguintes valores finais: - Arrecadação de Receita: € 541.754,70; - Previsão de Despesa: € 1.045.797,59. Em face do exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta alteração, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por maioria, deliberou aprovar a proposta referente à 1.ª revisão aos Documentos Previsionais de 2019 e, para efeitos do disposto no n.º 1, alínea a) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

Votação: 4 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Pedro Mascarenhas, Elsa Escobar e Rui Vilarinho) e três abstenções (Duarte Moreno, Carlos Barroso e Assunção Gemelgo) -----

O **Vereador Manuel Duarte Fernandes Moreno** fez a seguinte declaração: “por uma questão de coerência vão abster-se sempre nas Revisões, uma vez que se abstiveram no Plano e Orçamento.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal **concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que sobre este ponto disse:** “A 1.ª modificação aos documentos previsionais justifica-se por duas ordens de razão: - ao nível da receita: - receitas deficientemente orçamentadas e do ajustamento à receita proveniente da requalificação o Quartel da GNR. -----

- ao nível da despesa: - pela necessidade de orçamentar as ações novas que vêm aumentar a despesa inicial. -----

**Pormenorizando alguns aspetos, destaco:** -----

**A) PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:** - ajustamento da execução da requalificação do Quartel da GNR; - na ação de aquisição do edifício do Piaget, prever o pagamento em 4 anos, assim, como também, na ação da aquisição de terrenos para o parque urbano. - Anulação da ação de arruamentos em Santa Combinha. -----

**B) PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL** - ajustamento das rubricas orçamentais no que concerne aos Acordos de Regularização de Dívida e pagamento de dívida antiga da Resíduos do Nordeste; - criação de ações novas e anulação de outras, as quais se encontram identificadas no mapa anexo à proposta apresentada. -----

**C) ORÇAMENTO** -----

**Ao nível do orçamento da receita** prevê-se a inscrição de um montante € 541.754,70 e a anulação de € 794.462,00. -----

**Ao nível do orçamento da despesa**, a orçamentação de cada uma das ações novas que se criam, bem como daquelas que sofrem ajustamento. ""-----

**Abertas as inscrições usaram da palavra.** -----

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Disse – “Reconhecendo as opções políticas que aqui são feitas e que naturalmente são válidas, no entanto manteremos, em coerência com a nossa posição relativamente à Grandes Opções do Plano e Orçamento que aqui foi aprovado, a nossa posição de abstenção, relativamente a este documento. Aproveito também a oportunidade e com a anuência do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para dizer o seguinte ainda em relação à homenagem referida nos pontos anteriores, se há casa que se tenha batido arduamente pela manutenção do helicóptero e uma completa solidariedade e unanimidade em torno desse tema e aprovou várias moções quando foi necessário distinguir interesse do concelho do interesse partidário. Não houve nenhuma dúvida em fazê-lo mesmo contrariando um Deputado da Nação. Acho portanto que não havia necessidade de estar agora a trazer aqui essas questões. A chegada do helicóptero a Macedo de Cavaleiros foi algo que nos encheu de orgulho e tenho a certeza absoluta que muitas vidas foram salvas ao longo destes anos, com excelentes profissionais que sempre participaram e se disponibilizaram para isso, e que agora são homenageados naturalmente na pessoa do Dr. Serralva e dizer aqui que quando foi necessário defender os interesses de Macedo de Cavaleiros a partidariasse ficou à porta”. -----

**O Presidente da Câmara Municipal** referiu que nunca pôs em causa a solidariedade do concelho e dos Deputados Municipais e da Comissão de Saúde, embora possa dizer e diz que das coisas que mais o entristeceu em toda a sua vida foi um dia ver maltratado um ex-presidente de Câmara que fez tanto por este concelho, em frente ao Hospital, numa manifestação que era conduzida por pessoas, que não o deviam ter feito pois deviam ter tido essa preocupação. “Se estamos aqui a defender os interesses do concelho também devemos ter a dignidade de também defender aqueles que são nossos e que sempre lutaram por nós. O que fiz foi um desabafo, pois como o Sr. Presidente da Câmara de Bragança hostilizou de forma pública a postura dos Autarcas Socialistas também deveria ter tido outra postura, no sentido de louvar a nossa posição quando defendemos o helicóptero. Mas também é preciso ter algum cuidado, nomeadamente as pessoas que nos representam na Nação com aquilo que dizem publicamente e que assumem”. -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 33 votos a favor e 27 abstenções, deliberou aprovar, nos termos apresentada, a 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019.** -----



*Handwritten signature and initials*

**PONTO 2.6 – ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA ENTRE O MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS E A EMPRESA ÁGUAS DO NORTE, S.A. RELATIVO À DÍVIDA RECONHECIDA E VENCIDA ENTRE 31-07-2010 E 02-10-2017 / PROPOSTA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 4.º, N.º 2, ALÍNEA A) DO DECRETO-LEI N.º 5/2019, DE 14 DE JANEIRO -----**

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte de fevereiro de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

“ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA ENTRE O MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS E A EMPRESA ÁGUAS DO NORTE, S.A. RELATIVO À DÍVIDA RECONHECIDA E VENCIDA ENTRE 31-07-2010 E 02-10-2017 / PROPOSTA -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara que se transcreve. -----

“A empresa Águas do Norte, S.A. é a entidade concessionária da exploração e gestão multimunicipal de água e saneamento do Norte de Portugal, sistema que o município de Macedo de Cavaleiros integra. -----

Por serviços prestados no âmbito da concessão, no período compreendido entre 31-07-2010 e 02-10-2017, o município de Macedo de Cavaleiros é devedor (dívida vencida e reconhecida), até 31-12-2018, do montante de € 1.931.734,35, a que acrescem juros legais. -----

O montante, a descrição da faturação, datas de vencimento e juros contabilizados até 31-12-2018, consta do anexo à presente proposta. -----

Conhecedor desta realidade, ou seja, conhecedor que, a nível nacional, existe muitos municípios com dificuldades em liquidar as suas dívidas perante as entidades concessionárias, o Governo aprovou e publicou o Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, o qual vem promover uma solução estruturada do pagamento destas dívidas, desde que, em síntese, preencham os seguintes requisitos (artigo 3.º, n.º 2): «artigo 3.º - Dívidas objeto dos Acordos de Regularização de Dívida – 1 – (...); 2 – (...). a) Dívidas vencidas até 31 de janeiro de 2018 e reconhecidas pela Entidade Utilizadora; b) Dívidas objeto de procedimento de injunção ou outro procedimento judicial iniciado até 30 de setembro de 2018, nos quais tenha sido celebrada transação, devidamente homologada por decisão judicial, até 31 de dezembro de 2018. (...)» --

A solução estruturada passa pela celebração de um Acordo de Regularização de Dívida com a empresa concessionária que permite o pagamento no prazo de 25 anos, beneficiando o município de uma redução de 30% de juros vencidos até 31-12-2018. -----

Perante o exposto e sendo uma solução válida e benéfica para o município, pois resolve, em definitivo, toda a dívida reconhecida e vencida até à presente data, com a vantagem de beneficiarmos de uma redução nos juros vencidos, encetámos negociações com a empresa Águas do Norte, S.A., no sentido de celebrarmos um Acordo ao abrigo do diploma legam já referenciado. -----

Das negociações encetadas resultou o Acordo de Regularização de Dívida que, em resumo, apresenta os seguintes termos: -----

- Objeto: Dívida vencida e reconhecida até 31-12-2017; -----

- Valor inicial: € 1.931.734,33; -----
- Juros até 31-12-2018: € 586.337,33; -----
- Redução de juros em 30%: € 175.901,20; -----
- Juros de janeiro de 2019 até à assinatura do acordo: € 11.484,56; -----
- Valor final: € 2.353.655,04; -----
- Prazo de pagamento: 25 anos; -----
- Prestações: trimestrais; -----
- Taxa de juro: 3,3425%, podendo ser reduzida, atento do disposto na cláusula 4.4 do Acordo e artigo 4.º, n.º 9 do decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. Para os efeitos legais, anexo o Acordo de Regularização de Dívida. -----

Perante o exposto e para cumprimento do disposto no artigo 4.º, n.º 2, alínea a) do diploma já citado, submeto a apreciação da Câmara Municipal o Acordo de Regularização de Dívida nos termos propostos, para, aprovando-o, o submeter à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos. -----

Anexo: - Anexo I; - Acordo de Regularização de Dívida e Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro.” -----

O Acordo de Regularização de Dívida dá-se como transcrito, sendo rubricado pelos membros do Executivo, ficando a fazer parte integrante da ata e arquivado na pasta de documentos referentes a esta ata. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, deliberou aprovar, nos termos propostos, o Acordo de Regularização de Dívida a celebrar entre o município de Macedo de Cavaleiros e a empresa Águas do Norte, S.A.. Mais foi deliberado remeter este assunto a apreciação da Assembleia Municipal.“ -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse: “**Os Acordos que se propõem resultam da publicação do Decreto-Lei n.º 5/2019, o qual prevê duas possibilidades: 1.ª - a celebração de acordos com entidades gestoras (Águas do Norte) acerca de dívidas vencidas e reconhecidas até 31 de dezembro de 2018, contemplando, ainda, aquelas que se encontrem em procedimento judicial iniciado até 30 de setembro de 2018; 2.ª – a celebração de novos acordos de regularização sobre créditos já cedidos e celebrados até 31 de dezembro de 2018.** - -----

**Neste sentido:** -----

**O Acordo proposto com a empresa Águas do Norte, no montante global de € 2.353.655 contempla a dívida do ano de 2017 (de abril a outubro de 2017) e todos os processos judiciais que correm termos nos tribunais. Este acordo prevê uma redução de cerca de € 175.901 de juros, isto é, montante que o município não vai pagar. A taxa de juro prevista poderá ser substancialmente inferior, logo que se confirme a cedência deste crédito, por parte das Águas do Norte, ao BEI (Banco Europeu de Investimento). O prazo de pagamento é de 25 anos. -----**



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Os restantes dois Acordos são celebrados ao abrigo do artigo 7.º do decreto-lei n.º 5/2019, pois, no fundo, são uma renegociação de acordos já celebrados pelo anterior executivo com a instituição bancária referida no montante total de € 7.454.906, a que acrescem juros. Este montante teria de ser pago até 2021. Com esta renegociação, este montante será liquidado em 25 anos. -----

O que se propõe com a celebração destes acordos: -----

1-A regularização de toda a dívida da água e saneamento entre o ano de 2011 e 31 de dezembro de 2018 quer com as Águas do Norte, quer com as instituições bancárias, no montante global de € 9.386.640, a que acrescem juros; 2- Com a assinatura destes acordos e o visto do Tribunal de Contas, o município deixa de ter dívidas em atraso proveniente da concessão de água e saneamento no concelho. 3 - Desde que tomámos posse até ao presente, a câmara municipal tem pago mensalmente e em tempo útil - nunca pagámos juros por atrasos - a faturação de água e saneamento que a empresa Águas do Norte nos fatura. -----

Com a validade destes acordos, o que resulta? -----

Para além de passarmos a ser cumpridores nos pagamentos com as entidades que nos fornecem serviços, ganhamos uma enorme folga orçamental para podermos realizar outros investimentos que o concelho precisa para o seu desenvolvimento sustentável, como aqui hoje todos defendemos. -----

-----Vejamos: Se não fossem celebrados estes acordos, o município teria de pagar anualmente e até 2021, os seguintes valores: - 2019: € 4.693.271 + juros (mês= € 391.105 + juros); - 2020: € 1.499.983 (mês= € 124.998 + juros); - 2021: € 1.499.983 (mês= € 124.998 + juros). Acresce, ainda, àqueles valores anuais, o plano de pagamentos que viéssemos a acordar referente à dívida de € 2.353.655, referente aos processos judiciais e ano de 2017. Ou seja, este Executivo iria limitar-se a olhar e a pagar dívidas e não é isso que nós queremos. E, conseguimos. Dizem-nos que nós não pregamos um prego na Cidade nem nas Freguesias mas o maior investimento que alguma vez este Executivo podia ter feito era esta negociação que foi árdua e muito esforçada, mas conseguimos-la e vocês todos podem ter pelo menos a esperança de que iremos fazer investimento, caso contrário iríamos ter na nossa governação zero de investimento. Com a celebração e validade destes acordos, o município passará a ter o encargo anual estimado de € 450.000, com juros incluídos. -----

Em suma: - o município passa a ser cumpridor perante os seus fornecedores – ganha credibilidade; - resolve-se um problema que se arrasta desde 2011; - permite-nos fazer investimentos ; - ao fim de ano e meio de funções podemos afirmar que esta é uma grande “obra” deste executivo. Não é só o Parque da Cidade, não é só o Quartel da G.N.R, não é só o Mercado, não é só a Estação, não é só a asfaltagem de ruas. Esta negociação é que é a grande obra desta Câmara e por isso agradecia que tivessem pelo menos o reconhecimento daquilo que conseguimos fazer porque este era um cancro que se arrastava desde 2011.” -----

Abertas as inscrições usaram da palavra. -----

JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD) – Disse- “Efetivamente é com agrado que vê estes 3 acordos de regularização de dívida, só possíveis também efetivamente porque há a aprovação do Decreto-Lei 5/2019 que cai aqui com um sentido de oportunidade fantástico e vem permitir criar um balão de oxigénio nas finanças do Município e, naturalmente a partir de agora vai haver disponibilidade de dinheiro para investir e para participar nas apostas e projetos que a Câmara queira concorrer. Obviamente vai merecer da nossa parte a aprovação pois consideramos um passo muito positivo mas permita-me também voltar à origem do problema. Isto é uma consequência. Vamos às causas e estas estão bem identificadas, aliás fomos confrontados no dia 8 de janeiro com uma notícia no “Jornal de Notícias” de um estudo da ERSAR que punha o Município de Macedo de Cavaleiros como o recordista das perdas de água no território nacional, apontando para perdas de 77% que estavam desatualizadas em função daquilo que depois saiu na auditoria que já apontava para mais de 80%. Saliento assim a importância de atuar nas causas do problema e investir aí para que não tenhamos que estar mais tarde a falar em novos acordos para pagar novas dívidas que decorram do desinvestimento da rede de águas e saneamento”. .....

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Disse- “Sobre este assunto o Sr. Presidente da Câmara já falou sobre quase tudo mas como fui um deputado municipal muito interveniente ao longo dos anos sobre este problema e como está resolvido não posso deixar de manifestar o meu contentamento pois este é um benefício para todos os macedenses. Alguma dessa folga orçamental que possa vir a acontecer que seja investida na parte do mal que são as fugas. Sei que já estão a trabalhar nesta questão, mas não se esqueçam de todas as freguesias, sem exceção para também serem beneficiadas por isto. Quanto ao Decreto-Lei publicado que aqui foi falado informo que é necessário deixar aqui uma palavra de apreço porque esta Câmara fez muita pressão para que este diploma fosse aplicado e houve gente a nível nacional que saiu beneficiada por uma pressão de um senhor que lutou muito por isto. Aproveito para convidar todos os presentes a estarem presentes da Feira do Folar em Vilarinho de Agrochão nos dias 6 e 7 de abril de 2019. ....

Abertas novamente as inscrições usaram da palavra. ....

CATARINA LÚCIA PINTO DE MATOS (PS) – Disse- “Fazendo minhas as palavras do Eng.º Madalena, tendo em conta a notável arrumação financeira e engenharia financeira que o nosso Executivo conseguiu trabalhar perante a regularização de toda a panóplia da dívida que herdou, não conseguirá agora o nosso Executivo concentrar-se na tal causa do problema que poderá passar por uma reestruturação e um investimento estrutural na nossa rede de água? É um desafio que deixo”. .....



O Presidente da Assembleia Municipal **passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que este pudesse responder às questões suscitadas pelos Srs. Deputados Municipais. E disse:**

**“Começando pela origem do problema obviamente que quando estávamos em negociações com o Governo para criar uma solução para a nossa situação, nunca deixamos de trabalhar no terreno, encomendando estudos a empresas qualificadas e reconhecidas de nível nacional que nos criassem soluções, e ao mesmo tempo estávamos a estudar a abertura de Avisos e de Candidaturas para renovarmos as nossas condutas. Portanto isto está em cima da mesa e há uma verba que vai ser alocada para isso e nós estamos em fase de candidatar, estamos a fazer estudos e neste momento temos já relatórios que irão ser conclusivos com soluções para resolver de vez este “cancro”. Para que saibam este ano já melhorou pois estávamos com cerca de 76% de perdas e tem vindo a melhorar consideravelmente.** -----  
-----

**Relativamente ao Decreto-Lei 5/2019 efetivamente parece que foi desenhado à imagem de Macedo de Cavaleiros. Nós tivemos delegações que eram constituídas ou, por mim, ou pelo Vice-presidente, pelo Vereador que tem as águas a seu cargo, pelo Diretor do Departamento que tem a gestão financeira a seu cargo e também o Departamento Jurídico a seu cargo e honra lhe seja feita pois aqui reconheço o trabalho notável do Sr. Deputado Jorge Gomes que sempre criou corredores de facilitação e reuniões permanentes, daí por vezes comentarem que sou um Presidente ausente, mas com certeza que percebem o porquê. Passo a minha vida em Lisboa nos Ministérios e onde é necessário pois só assim é que aparecem estes Decretos e depois dizem “parece que foi à medida”. Pois foi mas valeu a pena”. -----**

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar, nos termos propostos pela Câmara Municipal, o Acordo de Regularização de Dívida a celebrar entre o município de Macedo de Cavaleiros e a empresa Águas do Norte, S.A.. --**  
Votaram: Camilo Morais, Acácio Espirito Santo, Celina Martins Henrique Palma, Maria Adelaide Baptista, Manuel Carvalho, José Carlos Azevedo, Fernando Gomes, Paulo Ferreirinha, Ricardo Batista, Carla Palhau, Elias Afonso, Joana Vaz, Inácia Ferreirinha, Catarina Matos, Rogério Pires, José madalena, Luís Gonçalves, Inês Falcão, António Nuno Morais, Humberto Trovisco, Carlos Carneiro, Ana Rita Rodrigues, Francisco Correia, Paulo Dias, Jorge Artilheiro, Helena Gonçalves, Luís Miranda Pereira, Jacinta Lopes, Manuel Rodrigues, António José Vila Franca, Celestino Gonçalves, José Jecas, Armando Carrazedo, José Génio, Eduardo Pereira, António Luís Gomes, Simão ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Fraga, Leonardo Vila Franca, Armindo Cepeda, Edgar Fragoso, Ramiro Valadar, Rui Lopes, Armando Malta, João Pinto, Gilberto Pires, Inácio Roma, Luís Rodrigues, António Trovisco, Alípio Marcos, Manuel Mico, Maria Delfina Sarmiento, Manuel Santos, António Romão, Carlos Justo, David Martins, João Alves e Jorge Asseiro. -----

**PONTO 2.7 – ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA ENTRE O MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS E AS CAIXAS AGRÍCOLAS MÚTUO DA TERRA QUENTE, DO DOURO, CORGO E TÂMEGA E VALE DO TÁVORA E DOURO, RELATIVO AO ACORDO DE TRANSAÇÃO CELEBRADO EM 18-12-2013 COM A EMPRESA ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A., POR SUA VEZ CEDIDO A ESTAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS / PROPOSTA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 4.º, N.º 2, ALÍNEA A) DO DECRETO-LEI N.º 5/2019, DE 14 DE JANEIRO -----**

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte de fevereiro de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

“ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA ENTRE O MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS E AS CAIXAS AGRÍCOLAS MÚTUO DA TERRA QUENTE, DO DOURO, CORGO E TÂMEGA E DO VALE DO TÁVORA E DOURO, RELATIVO AO ACORDO DE TRANSAÇÃO CELEBRADO EM 18-12-2013 COM A EMPRESA ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A., POR SUA VEZ CEDIDO A ESTAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS / PROPOSTA -Presente a proposta do Presidente da Câmara que se transcreve. “A empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., é a entidade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de água e saneamento do Norte de Portugal, sistema que o município de Macedo de Cavaleiros integra. -----

Em 18.12.2013 entre o município e a empresa referenciada foi celebrado um Acordo de Transação, pelo qual o município reconheceu a obrigação de pagamento de um conjunto de faturas e notas de débito que totalizam o montante de € 6.175,097,13, a que acresce juros, cfr.doc. 1, que se junta. -----

A 04-08-2014 foi feita uma Adenda ao mencionado Acordo de Transação, cfr. doc. 2, que se junta. -----

No mencionado Acordo ficou consignado que o município aceitava que a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A pudesse ceder a terceiros os créditos antes previstos e reconhecidos, o que fez. -----

A 22-08-2014, a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. comunica que cedeu esses créditos às Caixas Agrícolas da terra Quente, do Douro, Corgo e Tâmega e do Vale do Távora e Douro, cfr. doc.3 que se junta. -----

O plano de pagamentos acordado previa o pagamento em 42 prestações, encontrando-se, nesta data, liquidadas as prestações de 1 a 32 do plano de pagamentos (anexo III) da adenda ao Acordo de Transação. -----

Perante os constrangimentos financeiros com que nos deparamos no exercício de 2018 solicitamos a suspensão das prestações desse exercício, procurando uma solução mais favorável ao município que permite-se liquidar, em tempo útil e sem afetar o normal funcionamento da atividade municipal, os montantes em dívida, tendo as entidades bancárias aceite essa suspensão. -----



Cj  
etc -

Nesta data, a dívida existente cifra-se em € 1.693.305,24 a que acresce juros. -----

Com a publicação do decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, este Acordo pode ser renegociado ao abrigo do disposto no artigo 7.º, que se transcreve: «artigo 7.º (Créditos Cedidos): O regime previsto no presente decreto-lei é aplicável, com as necessárias adaptações, aos créditos já cedidos, decorrentes de acordo de pagamento, independentemente da sua designação, celebrados até 31 de dezembro de 2018.» -----

Perante o exposto e sendo uma solução válida e benéfica para o município, pois vem permitir que o município cumpra o compromisso antes assumido, encetámos negociações com as entidades bancárias referenciadas e credoras do montante referido, no sentido de ajustar o acordo de pagamento existente ao regime jurídico vertido no citado diploma legal. -----

Das negociações desenvolvidas resultou o Acordo que se junta. Perante o exposto e para cumprimento do disposto no artigo 4.º, n.º 2, alínea a) do diploma já citado, submeto a apreciação da Câmara Municipal o Acordo de Regularização de Dívida nos termos propostos, para, aprovando-o, o submeter à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos. -----

Anexo: - Doc. 1, 2 e 3; - Acordo de Regularização de Dívida; - Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro." -----

O Acordo de Regularização de Dívida dá-se como transcrito, sendo rubricado pelos membros do Executivo, ficando a fazer parte integrante da ata e arquivado na pasta de documentos referentes a esta ata -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, deliberou aprovar, nos termos propostos, o Acordo de Regularização de Dívida a celebrar entre o município de Macedo de Cavaleiros e as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo da Terra Quente, de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Vale do Távora e Douro. Mais foi deliberado remeter este assunto a apreciação da Assembleia Municipal." -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar, nos termos propostos pela Câmara Municipal, o Acordo de Regularização de Dívida a celebrar entre o município de Macedo de Cavaleiros e as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo da Terra Quente, de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Vale do Távora e Douro. ----**

Votaram: Camilo Morais, Acácio Espírito Santo, Celina Martins Henrique Palma, Maria Adelaide Baptista, Manuel Carvalho, José Carlos Azevedo, Fernando Gomes, Paulo Ferreirinha, Ricardo Batista, Carla Palhau, Elias Afonso, Joana Vaz, Inácia Ferreirinha, Catarina Matos, Rogério Pires, José madalena, Luís Gonçalves, Inês Falcão, António Nuno Morais, Humberto Trovisco, Carlos Carneiro, Ana Rita Rodrigues, Francisco Correia, Paulo Dias, Jorge Artilheiro, Helena Gonçalves, Luís Miranda Pereira, Jacinta Lopes, Manuel Rodrigues, António José Vila Franca, Celestino Gonçalves, José Jecas, Armando Carrazedo, José Génio, Eduardo Pereira, António Luís Gomes, Simão ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Fraga, Leonardo Vila Franca, Armindo Cepeda, Edgar Fragoso, Ramiro Valadar, Rui Lopes, Armando Malta, João Pinto, Gilberto Pires, Inácio Roma, Luís Rodrigues, António Trovisco, Alípio Marcos, Manuel Mico, Maria Delfina Sarmiento, Manuel Santos, António Romão, Carlos Justo, David Martins, João Alves e Jorge Asseiro. -----

**PONTO 2.8 – ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA ENTRE O MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS E CAIXA AGRÍCOLA MÚTUO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, RELATIVO AO ACORDO DE TRANSAÇÃO CELEBRADO EM 23-12-2016 COM A EMPRESA ÁGUAS DO NORTE S.A., POR SUA VEZ CEDIDO A ESTA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA / PROPOSTA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 4.º, N.º 2, ALÍNEA a) DO DECRETO-LEI N.º 5/2019, DE 14 DE JANEIRO -----**

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte de fevereiro de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

“ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA ENTRE O MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS E A CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, RELATIVO AO ACORDO DE TRANSAÇÃO CELEBRADO EM 23-12-2016 COM A EMPRESA ÁGUAS DO NORTE, S.A., POR SUA VEZ CEDIDO A ESTA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA / PROPOSTA -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara, que se transcreve. -----

“A empresa Águas do Norte, S.A. é a entidade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de água e saneamento do Norte de Portugal, sistema que o município de Macedo de Cavaleiros integra. -----

Em 23-12-2016 entre o município e a empresa referenciada foi celebrado um Acordo de Transação, pelo qual o município reconheceu a obrigação de pagamento de um conjunto de faturas e notas de débito que totalizam o montante de € 5.761.600,82, a que acresce juros, cfr. doc. 1, que se junta. -----

No mencionado Acordo ficou consignado que o município aceitava que a empresa Águas do Norte, S.A. pudesse ceder a terceiros os créditos antes previstos e reconhecidos. -----

Nesse sentido a 30-12-2016, a empresa Águas do Norte, S.A. cedeu esses créditos à Caixa Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL, cfr. doc. 2 que se junta. -----

O plano de pagamentos acordado previa o pagamento em 60 prestações, encontrando-se, nesta data, liquidadas as prestações de 1 a 12 do plano de pagamentos (anexo II) do Acordo de Transação. -----

Perante os constrangimentos financeiros com que nos deparamos no exercício de 2018 solicitamos a suspensão das prestações desse exercício, procurando uma solução mais favorável ao município que permitisse liquidar, em tempo útil e sem afetar o normal funcionamento da atividade municipal, os montantes em dívida, tendo a entidade bancária aceite essa suspensão. -----

Nesta data, a dívida existente cifra-se em € 5.761.600,82. -----

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, este Acordo pode ser renegociado ao abrigo do disposto no artigo 7.º, que se transcreve: «Artigo 7.º (Créditos cedidos): O regime previsto no presente decreto-Lei é aplicável, com as necessárias adaptações, aos créditos já cedidos, decorrentes de acordo de pagamento, independentemente da sua designação, celebrados até 31 de dezembro de 2018.» -----



*Cj*  
*Celina*  
*[Signature]*

Perante o exposto e sendo uma solução válida e benéfica para o município, pois vem permitir que o município cumpra o compromisso antes assumido, encetamos negociações com a Caixa de Crédito Agrícola, no sentido de ajustar o Acordo existente ao regime jurídico vertido no citado diploma legal. -----

Das negociações desenvolvidas resultou o Acordo que se junta. Perante o exposto e para cumprimento do disposto no artigo 4.º, n.º 2, alínea a) do diploma já citado, submeto a apreciação da Câmara Municipal o Acordo de regularização de Dívida nos termos propostos, para, aprovando-o, o submeter à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos. -----

Anexo: - Doc. 1; - Acordo de Regularização de Dívida; - Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro." -----

O Acordo de Regularização de Dívida dá-se como transcrito, sendo rubricado pelos membros do Executivo, ficando a fazer parte integrante da ata e arquivado na pasta de documentos referentes a esta ata. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, deliberou aprovar, nos termos propostos, o Acordo de Regularização de Dívida a celebrar entre o município de Macedo de Cavaleiros e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro. Mais foi deliberado remeter este assunto a apreciação da Assembleia Municipal." -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar, nos termos propostos pela Câmara Municipal, o Acordo de Regularização de Dívida a celebrar entre o município de Macedo de Cavaleiros e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro. -----

Votaram: Camilo Morais, Acácio Espirito Santo, Celina Martins Henrique Palma, Maria Adelaide Baptista, Manuel Carvalho, José Carlos Azevedo, Fernando Gomes, Paulo Ferreirinha, Ricardo Batista, Carla Palhau, Elías Afonso, Joana Vaz, Inácia Ferreirinha, Catarina Matos, Rogério Pires, José madalena, Luís Gonçalves, Inês Falcão, António Nuno Morais, Humberto Trovisco, Carlos Carneiro, Ana Rita Rodrigues, Francisco Correia, Paulo Dias, Jorge Artilheiro, Helena Gonçalves, Luís Miranda Pereira, Jacinta Lopes, Manuel Rodrigues, António José Vila Franca, Celestino Gonçalves, José Jecas, Armando Carrazedo, José Génio, Eduardo Pereira, António Luís Gomes, Simão ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Fraga, Leonardo Vila Franca, Armindo Cepeda, Edgar Fragoso, Ramiro Valadar, Rui Lopes, Armando Malta, João Pinto, Gilberto Pires, Inácio Roma, Luís Rodrigues, António Trovisco, Alípio Marcos, Manuel Mico, Maria Delfina Sarmento, Manuel Santos, António Romão, Carlos Justo, David Martins, João Alves e Jorge Asseiro. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** disse: "Pessoalmente e, em nome da Mesa da Assembleia quero congratular-me e dar os parabéns à Câmara Municipal e ao Sr. Presidente pela remoção deste obstáculo que "emperrava" de uma forma dramática o desenvolvimento do nosso concelho. Estamos portanto de parabéns". -----

### **APROVAÇÕES EM MINUTA**-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto 2.5, o ponto 2.6, o ponto 2.7 e o ponto 2.8. -----

### **PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro, o excelentíssimo **senhor Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.-----

Assim pretendeu intervir a cidadã **Fátima Bento** que pretende questionar a Câmara relativamente à recolha de animais abandonados. -----

E disse: " O que me traz aqui é a suspensão da recolha de animais abandonados. Tenho esta informação porque coloquei esta questão aos vossos serviços e disseram-me que a recolha estava suspensa e sem previsão para que seja retomada. Como se devem ter apercebido têm surgido vários focos de animais essencialmente aqui na Cidade que com o facto de não serem recolhidos podem surgir duas situações. A primeira é que pode haver alguns desses cães que tenham dono e que com a verificação do Chip possam ser seguidos os trâmites legais existentes para quando se verifica o abandono dos animais. A segunda é que a não recolha vai fazer com que as cadelas não esterilizadas continuem a procriar. Sei que o Canil Intermunicipal localizado próximo de Mirandela está sobrelotado tendo saído uma notícia que diz que a Câmara Municipal de Mirandela também faça esse entrave de não haver a recção de animais e fez um protocolo com uma Associação local e assim conseguiu resolver o problema. Assim, pergunto o que é que a Câmara já tem previsto para resolver esta situação que eu acho que pode tornar-se de saúde pública bastante grave. " -----

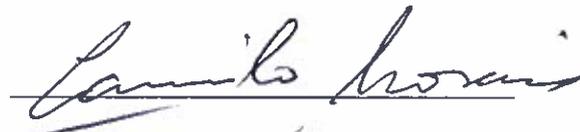
**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do Plenário, ninguém se opondo, que fosse dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder à munição dado que tem resposta para esta questão. -----

**O Presidente da Câmara Municipal** disse que excepcionalmente solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia para poder informar que existe de facto um problema grave no canil intermunicipal que atingiu os limites de alojamento e acomodação de animais. "Isto arrasta-se há muito tempo, o canil municipal tem tido uma série de iniciativas, nomeadamente de adoção de animais e do qual tivemos um exemplo que foi muito representativo, da Escola de Macedo de Cavaleiros que rececionou e adotou um animal e devia haver mais destes exemplos no Distrito porque estão a ter efetivamente dificuldades em alojar todos os animais que não são identificados com dono (não têm chip) e outros porque são mesmo abandonados. A Associação que a munição referiu existe mas cuja responsável deixou de ter condições para gerir o espaço a Câmara Municipal de Mirandela perante esta adversidade e dificuldade de gestão de animais achou por bem tomar conta desse espaço, que não é verdadeiramente um canil municipal. Poderá criar condições para isso mas não de imediato, pois neste momento não tem condições para receber mais animais e o que acontece é que o canil intermunicipal continua a receber de acordo com as saídas que tem, que são muito poucas e Macedo a última recção que teve foi de 4 exemplares. Outros municípios têm grandes dificuldades e não estão a



conseguir deslocalizar os seus animais para o canil e vão ter de reformular o protocolo porque Macedo estava também a dar receção a animais de Valpaços e de Foz Côa. Portanto, vamos ter de reequacionar a forma de gestão do canil, vamos ampliar as instalações e para isso já demos instruções para a compra de terrenos e esperam dentro de algum tempo poder resolver o que neste momento não conseguimos dar resposta. É realmente uma situação de risco público e temos consciência disso mas somos impotentes para resolver de imediato, estamos a tentar gerir da melhor forma a ver se conseguimos dar uma resposta o mais rápido possível". --

**Eram vinte e duas horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----**

  
-----  
  
-----  
António Madeira

